

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

**PARA UMA SOCIOLINGÜÍSTICA HISTÓRICA
DO PORTUGUÊS NO BRASIL**

**EDIÇÃO FILOLÓGICA E ANÁLISE LINGÜÍSTICA DE CARTAS PARTICULARES
DO RECÔNCAVO DA BAHIA, SÉCULO XIX**

Tânia Conceição Freire Lobo

Tese de Doutorado em Filologia e
Língua Portuguesa apresentada à
Coordenação dos Cursos de Pós-
Graduação da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São
Paulo

Orientador: Prof. Dr. Ataliba
Teixeira de Castilho

Programa para a História da Língua Portuguesa
PROHPOR
UFBA-IL-DLV

São Paulo/2001

Ataliba
2001

AGRADECIMENTOS

À Prof. Dr. Alameda Teixeira de Castilho, que aceitou orientar esta tese e o fez com extrema gentileza (entendendo alguns dos meus sinuosos caminhos) e nenhuma dúvida. A título do Projeto Para a História do Português Brasileiro, que se desenvolve desde 1997 com a participação de pesquisadores de universidades brasileiras e estrangeiras, tenho ensinado a todos que o integramos o valor do trabalho em grupo.

À Profa. Dra. Rosa Virginia Mattos e Silva, que me deu apoio para a investigação histórica para a história da língua portuguesa e a quem devo o mais essencial da minha formação.

À Profa. Dra. Liza Ribeiro, pelo constante apoio e porque, sem o saber, foi em muitos momentos, co-orientadora desta tese.

Aos colegas que integram o Programa para a História da Língua Portuguesa - PROHPOR, com os quais convivo há dez anos.

À Prof. Dr. Alan Baxter, que, a partir do curso de História da Língua Portuguesa em Foz de Iguaçu, me fez saber que muitas e distintas vozes formaram o português brasileiro.

A Reinofy, Isabela e Beatriz, com amor.

A meus avós Carlos Freire e Iracema Chéquer, *in memoriam*.

(Pela memória da infância: dicionários, máquinas de escrever, papel e canetas em profusão, o alfabeto gótico, os nomes dos astronautas, o meu nome gravado no chão do quintal, as gravações das minhas aulas...)

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho, que aceitou orientar esta tese e o fez com extrema generosidade (entendendo alguns dos meus sinuosos caminhos) e nenhuma sisudez. À frente do Projeto *Para a história do português brasileiro*, que se desenvolve desde 1997 com a participação de pesquisadores de universidades brasileiras e estrangeiras, tem-nos ensinado a todos que o integramos o valor do trabalho em grupo.

À Profa. Dra. Rosa Virgínia Mattos e Silva, que me *desviou* para a lingüística histórica, para a história da língua portuguesa e a quem devo o mais essencial da minha formação.

À Profa. Dra. Ilza Ribeiro, pelo constante apoio e porque, sem o saber, foi, em muitos momentos, co-orientadora desta tese.

Aos colegas que integram o *Programa para a história da língua portuguesa* – PROHPOR, com os quais convivo há dez anos.

Ao Prof. Dr. Alan Baxter, que, a partir do curso de Crioulística, no Mestrado em Lisboa, me fez saber que muitas e distintas vozes formaram o português brasileiro.

À Profa. Dra. Ana Maria Martins, por todo o aprendizado sobre a sintaxe dos clíticos na história da língua portuguesa. E por toda a solicitude nas respostas aos constantes *e-mails*.

Ao Prof. Dr. Heitor Megale, sempre tão gentil, pelo apoio em momentos de dificuldade.

À Profa. Núbia Bento Rodrigues, amiga que acompanhou, com interesse e sempre estimulando, todas as etapas da pesquisa.

Ao mestrando Klebson Oliveira, com quem tenho tido o grande prazer de conviver, por seu apoio fundamental.

À amiga Adriane Maria Araújo, que me iniciou nos arquivos da Bahia.

À Dra. Anna Amélia Vieira Nascimento, historiadora e diretora do Arquivo Público do Estado da Bahia, por sua valiosíssima e fundamental informação sobre a existência de cartas particulares no Arquivo do Convento de Santa Clara do Desterro.

À Profa. Anna Palmira Casimiro Bittencourt, historiadora e amiga, ao Frei Hugo Fragoso e ao Frei Lucas Dolle, que tornaram possível o meu acesso ao Arquivo do Convento de Santa Clara do Desterro.

À Irmã Paixão e à Irmã Eulália, do Convento de Santa Clara do Desterro, pela confiança em mim depositada, quando deixaram todo o Arquivo (maravilhoso!) à minha disposição por tempo indeterminado.

À Profa. Déborah Kelmann, que abriu os caminhos da pesquisa histórica para a identificação da nacionalidade de homens comuns e ilustres que escreveram no Recôncavo da Bahia no século XIX.

À Dra. Neusa Esteves, Chefe do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, por sua fundamental contribuição, indicando

caminhos de pesquisa, dando a conhecer fontes de importância central para este trabalho.

À Profa. Dra. Maria Helena Flexor, ao Prof. Dr. Ubiratan Castro e ao Prof. Dr. Mário Augusto da Silva Santos, que, em conversas informais e agradabilíssimas, muito esclareceram.

Ao Sr. Firmino Alves, Ministro da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Bahia, que autorizou a pesquisa no Arquivo da Ordem.

Ao genealogista Dr. João Vitória da Costa Pinto, que disponibilizou a sua biblioteca particular e sempre colaborou.

À Profa. Dra. Teresa Leal, por sua contribuição na revisão da bibliografia.

À Profa. Dra. Ana Rosa Ramos Neves, pela tradução do resumo.

A Deise Lins, João Luís Pondé, Fabiana Coelho e André Portela, amigos que me acolheram em São Paulo.

A Girlene dos Santos, Ana Lúcia Nascimento e Joseana do Santos, que cuidaram, com todo o carinho, de Isabela e Beatriz, nos vários momentos em que estive ausente.

Ao PICDT/CAPES, pela bolsa concedida durante quarenta e oito meses.

TÍTULO:

Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX

AUTOR:

Tânia Conceição Freire Lobo

ORIENTADOR:

Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho

RESUMO:

Edição semidiplomática de cartas particulares escritas no Recôncavo da Bahia no século XIX. Investigação histórica para a identificação da nacionalidade, da profissão e do grau de escolarização dos remetentes das cartas editadas. Análise da sintaxe dos clíticos, a partir do confronto entre cartas de remetentes de nacionalidade portuguesa e cartas de remetentes de nacionalidade brasileira.

RÉSUMÉ:

Édition diplomatique de lettres à caractère privé écrites dans le *Recôncavo* bahianais au XIX^{ème} siècle. Recherche historique ayant pour but l'identification de la nationalité, de la profession et du degré de scolarité des expéditeurs des lettres editées. Analyse de la syntaxe des pronoms clitiques, à partir de la confrontation entre lettres d'expéditeurs de nationalité portugaise et celles des expéditeurs de nationalité brésilienne.

PALAVRAS-CHAVE:

Língua portuguesa no Brasil – Sintaxe – Clíticos – Sociolinguística histórica – Edição semidiplomática.

SUMÁRIO

Apresentação

Volume I **A Sócio-História Lingüística do Brasil:** **O Estado da Questão**

Introdução

1. Periodização

1.1. Propostas existentes

1.2. Elementos para uma nova proposta

1.2.1. De país generalizadamente multilíngüe a país generalizadamente unilíngüe

1.2.2. De país rural a país urbano

1.2.3. De país analfabeto a país parcialmente alfabetizado

2. Formação sócio-histórica do português brasileiro

2.1. A transplantação do português para o Brasil

2.2. Estratificação sociolingüística e contato lingüístico

2.2.1. Panoramas isolados

2.2.1.1. Línguas indígenas

2.2.1.2. Línguas negro-africanas

2.2.2. História demográfica e correlatos lingüísticos

2.3. Agentes promotores da hegemonia e da estandarização lingüística

2.3.1. Políticas lingüísticas

2.3.2. Escolarização

3. Hipóteses explicativas sobre a formação do português brasileiro

3.1. Histórico do debate

3.1.1. Século XIX: antecedentes

3.1.2. Século XX: o debate

3.1.2.1. Primeira fase

3.1.2.2. Segunda fase

Conclusão

Volume II

Apresentação do *Corpus*

Introdução

1. Descrição do *Corpus*

1.1. Considerações preliminares

1.1.1. Sobre a necessidade de constituição de *corpora* lingüísticos para o estudo da história da língua portuguesa no Brasil

1.1.2. Sobre a natureza de um *corpus* lingüístico diacrônico

1.1.2.1. *Corpus* escrito

1.1.2.2. Gêneros de textos

1.1.2.3. Tratamento filológico

1.1.2.4. Um *corpus* geral diacrônico para o estudo da formação histórica do português brasileiro

1.2. O *corpus*: a sua especificidade

1.2.1. O *corpus*: quadro geral

1.2.1.1. Onde estão preservados os documentos

1.2.1.2. Caracterização temático-estilística dos documentos

1.2.1.3. Onde foram escritos os documentos

1.2.1.4. Quando foram escritos os documentos

1.2.1.5. Por quem foram escritos os documentos

1.2.1.5.1. Sobre a identificação dos remetentes das cartas

1.2.1.5.2. Cartas autógrafas e cartas apógrafas

1.2.1.5.3. Nacionalidade *versus* profissão, escolaridade e outros índices sócio-culturais

1.2.1.5.3.1. Remetentes portugueses

1.2.1.5.3.2. Remetentes brasileiros

1.2.1.5.3.2.1. Mulheres

1.2.1.5.3.2.2. Homens

1.2.1.5.3.3. Remetentes de nacionalidade não identificada

1.2.1.6. Para quem foram escritos os documentos

Anexos: I. Fichas de identificação dos remetentes; II. Árvores genealógicas.

Volume III
Edição do *Corpus*:
Cartas Particulares do Recôncavo da Bahia, Século XIX

1. Apresentação da edição
 2. Cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX
- Anexos: I. Fac-símiles das cartas de Frutuoso de Azevedo Pereira (R. 16)
II. Quadro 3: Localização dos documentos no Arquivo do Convento de Santa Clara do Desterro (ACSCD)

Volume IV
Sintaxe Portuguesa e Sintaxe Brasileira
na Bahia do Século XIX

Introdução

1. A sintaxe dos clíticos: motivações para a escolha do tema
 - 1.1. Divergências entre o português europeu e o português brasileiro
 - 1.2. Divergências entre a norma vernácula e a norma oral culta brasileiras
 - 1.3. Divergências entre a norma oral culta e a norma padrão brasileiras
2. A sintaxe dos clíticos: mudanças estruturais na história da língua portuguesa
 - 2.1. Da sintaxe medieval à sintaxe clássica dos clíticos
 - 2.1.1. Orações não-dependentes
 - 2.1.2. Orações dependentes
 - 2.1.2.1. Finitas
 - 2.1.2.2. Não-finitas
 - 2.1.2.2.1. Infinitivas não regidas por preposição
 - 2.1.2.2.2. Infinitivas regidas por preposição
 - 2.1.2.2.3. Gerundivas não regidas por preposição
 - 2.1.3. Interpolação
 - 2.1.4. Conclusão
 - 2.2. Da formação das sintaxes brasileira e europeia modernas
 - 2.2.1. Bases empíricas das análises sobre o tema
 - 2.2.2. Mudanças estruturais, datação, hipóteses explicativas
 - 2.2.3. Mudanças estruturais e gramáticas do português europeu
 3. A sintaxe dos clíticos: portugueses e brasileiros
 - 3.1. Portugueses

3.1.1. Caracterização do contingente de imigrantes portugueses na Bahia no século XIX

3.1.1.1. Profissão

3.1.1.2. Local de origem

3.1.1.3. Faixa etária

3.1.1.4. Sexo

3.1.1.5. Estado civil

3.1.1.6. Síntese

3.1.2. Análise lingüística

3.1.2.1. Verbos simples

3.1.2.1.1. Orações não-dependentes

3.1.2.1.1.1. Contextos de ordem fixa

3.1.2.1.1.2. Contextos de ordem variável

3.1.2.1.2. Orações dependentes

3.1.2.1.2.1. Finitas

3.1.2.1.2.1.1. Completivas

3.1.2.1.2.1.2. Relativas

3.1.2.1.2.1.3. Adverbiais

3.1.2.1.2.1.4. Clivadas

3.1.2.1.2.2. Não-finitas

3.1.2.2. Grupos verbais

3.1.2.3. Interpolação

3.1.2.4. Conclusão

3.2. Brasileiros

3.2.1. Caracterização da estratificação social na Bahia no século XIX: a posição dos remetentes portugueses e dos remetentes brasileiros

3.2.2. Análise lingüística

3.2.2.1. Verbos simples

3.2.2.1.1. Orações não-dependentes

3.2.2.1.2. Orações dependentes

3.2.2.1.2.1. Finitas

3.2.2.1.2.1.1. Completivas

3.2.2.1.2.1.2. Relativas

3.2.2.1.2.1.3. Adverbiais

3.2.2.1.2.1.4. Clivadas

3.2.2.1.2.2. Não-finitas

3.2.2.2. Grupos verbais

3.2.2.3. Interpolação

3.2.2.4. Conclusão

3.3. Últimas considerações

ÍNDICE DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS

Volume I

Tabela 1. Bortoni, 1989.....	p. 38
Tabela 2. Brandão, 1996.	p. 39
Tabela 3. Proporção de alfabetizados e de analfabetos na população brasileira de quinze anos e mais. Fernandes, 1966; apud Ribeiro 1995.	p. 41
Tabela 4. Mussa, 1991.	p. 52
Tabela 5. Mussa, 1991.	p. 56
Tabela 6. Lobo, 2001.	p. 57
Tabela 7. Ribeiro, 1995.	p. 59

Volume II:

Quadro 1: Apresentação geral do <i>corpus</i> – Cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX	p. 111
Tabela 8. Os pais das religiosas, 1678-1860. Nascimento, 1994.	p. 113
Quadro 2. Localização dos engenhos.	p. 122
Figura 1. Certidão de óbito de João Pinto Leite.	p. 129
Figura 2. Certidão de óbito de Pedro Antônio Veloso da Silveira	p. 129

Volume III:

Figura 3. Fac-símile da Carta I de Frutuoso de Azevedo Pereira.	p. 506
Figura 4. Fac-símile da Carta II de Frutuoso de Azevedo Pereira.	p. 507
Figura 5. Fac-símile da Carta III de Frutuoso de Azevedo Pereira.	p. 508
Figura 6. Fac-símile da Carta IV de Frutuoso de Azevedo Pereira.	p. 509
Figura 7. Fac-símile da Carta V de Frutuoso de Azevedo Pereira.	p. 510
Figura 8. Fac-símile da Carta VI de Frutuoso de Azevedo Pereira.	p. 511
Figura 9. Fac-símile da Carta VII de Frutuoso de Azevedo Pereira.	p. 512

Quadro 3: Localização dos documentos no Arquivo do Convento de Santa Clara do Desterro	p. 513
---	--------

Volume IV

Tabela 9. Objetos diretos anafóricos encontrados na fala. Nunes 1993, a partir de Corrêa 1991.	p. 524
Tabela 10. Objetos diretos anafóricos encontrados na escrita. Nunes 1993, a partir de Corrêa 1991.	p. 525
Tabela 11. Faixa etária X obediência/desobediência à norma padrão. Lobo, 1993	p. 529
Tabela 12. Martins 1994	p. 537
Tabela 13. Martins 1994	p. 538
Tabela 14. Frequência da colocação pré-verbal e da colocação pós-verbal do clítico em orações não-dependentes com verbos simples em três períodos de tempo. A partir de Pagotto 1993.	p. 562
Quadro 4: Gramática 1 X Gramática 2 do PE	p. 579
Tabela 15. Ribeiro, 1995.	p. 591
Tabela 16. Profissão dos imigrantes portugueses – Salvador, 1852 – 1889.	p. 595
Tabela 17. Distrito de origem dos imigrantes portugueses – Salvador, 1852 – 1889.	p. 599
Tabela 19. Colocação dos clíticos em orações com grupos verbais – portugueses X brasileiros.	p. 761
Quadro 5. Remetentes e respectivas siglas para a identificação da autoria das ocorrências lingüísticas analisadas.	p. 791

ABREVIATURAS

ACSCD - Arquivo do Convento de Santa Clara do Desterro

APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia

ACMS - Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador

ASCMB - Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia

ANMNSC - Arquivo Novo do Mosteiro de Nossa Senhora da
Conceição

AVOTSSFB - Arquivo da Venerável Ordem Terceira Secular de São
Francisco da Bahia

MMB - Memorial da Medicina Brasileira (Universidade Federal da Bahia)

PHPB - Projeto para a História do Português Brasileiro

PROHPOR - Programa para a História da Língua Portuguesa

NURC - Projeto para o Estudo da Norma Urbana Culta

Siglas para a identificação dos autores das ocorrências lingüísticas (cf.
Quadro 05, p. 791)

Em relação ao português clássico, em especial dos séculos XVII e XVIII (para não falar do desconhecidíssimo XIX), quem o quiser estudar tem de se resignar a fazer de cabouqueiro, desenterrando penosamente os seus documentos, peneirando os dados, organizando uma taxinomia inexistente e, se ainda tiver coragem e tempo de vida, formulando hipóteses interpretativas que ficarão à espera de um debate crítico só possível se outros investigadores se transviarem pelos mesmos terrenos. Dito de outro modo, tem de começar num ponto do itinerário de pesquisa que se situa muito antes do cais de embarque dos estudiosos que privilegiam outras épocas históricas ou que, pura e simplesmente, privilegiam outras lingüísticas, porventura menos dependentes de corpora textuais laboriosamente constituídos.

Ivo Castro

APRESENTAÇÃO

Para se reconstruir a história do português brasileiro, Mattos e Silva (1998:40) propõe quatro grandes campos de pesquisa, assim definidos:

- Campo 1: “que se moverá na reconstrução de uma história social lingüística do Brasil;
- • Campo 2: “que se moverá na reconstrução (...) de uma sociolingüística histórica;
- Campo 3: “que se moverá na reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro;
- Campo 4: “que se moverá no âmbito comparativo entre o português europeu e o português brasileiro”.

Distinguem-se o campo 1 e o campo 2, pois, enquanto o primeiro “se moverá fundado na história social do Brasil, [sendo, portanto, o campo] em que o historiador da língua estará mais próximo do historiador *tout court*”, o segundo “se moverá numa perspectiva de estabelecer correlações entre fatos lingüísticos e fatores sociais”. Se os campos 1 e 2 se aproximam do que a tradição da lingüística histórica designa de história externa, os campos 3 e 4 movem-se no âmbito da chamada história interna das línguas.

Esta tese tem por objetivo fundamental contribuir para a consolidação do segundo dos quatro campos de pesquisa acima referidos, definindo-se como uma investigação de sociolingüística histórica sincrônica do português no Brasil. Apresenta-se com a seguinte estrutura, que preserva, simultaneamente, o todo orgânico e a relativa autonomia das partes integrantes:

- A sócio-história lingüística do Brasil: o estado da questão – Volume I
- Apresentação e edição do *corpus*: Cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX – Volumes II e III
- Sintaxe portuguesa e sintaxe brasileira na Bahia do século XIX – Volume IV

No Volume I, revisitam-se obras fundamentais dedicadas à sócio-história lingüística do Brasil, considerando-se, centralmente, o período compreendido entre o início da colonização e 1850. Definiu-se tal período como a primeira fase da sócio-história lingüística do Brasil, a partir do seguinte conjunto de características gerais: multilingüismo generalizado, não-urbanização, não-escolarização e não-estandarização lingüística. Os limites *a quo* e *ad quem* estabelecidos para esta revisão de literatura foram, respectivamente, Serafim da Silva Neto (1950) e Alberto Mussa (1991): trata-se, pois, de uma revisão que se debruça sobre a literatura fundamental que define a fase imediatamente anterior ao surgimento do *Projeto para a história do português brasileiro - PHPB*, sob a coordenação do Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho, em 1997. Através dos lugares de repetição dos discursos sobre o tema, pôde-se identificar um “sistema de *questões*” em torno do qual as reflexões sobre a sócio-história lingüística do Brasil, em sua primeira fase, se articulavam: a *questão* da transplantação do português para o Brasil; a *questão* da estratificação sociolingüística e do contato lingüístico e a *questão* dos agentes promotores da hegemonia e da estandarização lingüística. Pôde-se ainda, através dos distintos nexos estabelecidos entre esses lugares de repetição do discurso, identificar uma última *questão*, referente às distintas hipóteses explicativas sobre a formação histórica do português brasileiro.

A visão que se projetou, a partir da revisão da literatura, e que aqui se defende para a compreensão do processo de constituição do português brasileiro na primeira fase da sócio-história lingüística do Brasil destaca, como fatos centrais, o contato lingüístico, a aquisição da língua portuguesa como segunda língua e o processo irregular de transmissão da língua portuguesa. Tais fatos, conjugados a argumentos sensíveis à história social e demográfica brasileira, permitiram propor que o quadro mais significativo de mudanças que individualizaram o português brasileiro seja definido, sociolingüisticamente, como um quadro de mudanças vindas de baixo. A pressão demográfica exercida pela população integrante dos estratos sócio-economicamente não privilegiados e os baixíssimos índices de escolarização terão sido os principais fatores responsáveis pela difusão de aspectos fundamentais desse quadro de mudanças para a quase totalidade dos falantes do português brasileiro como língua materna, inclusive para os falantes dos estratos sócio-economicamente privilegiados da população.

Trata-se, como é óbvio, de uma visão que considera a sócio-história lingüística brasileira sob o prisma macroscópico, de conjunto e, portanto, generalizante, a partir do qual quase sempre foi abordada. Ao se definir como uma investigação de sociolingüística histórica sincrônica do português no Brasil, esta tese vem integrar-se a uma linha de pesquisas que apontam para a necessidade de superação dessa perspectiva quase exclusivamente generalizante, propondo estudos verticais, elaboração de histórias lingüísticas que dêem conta de aspectos particulares e diversos do multifacetado panorama lingüístico brasileiro, os quais deverão fundamentar a escrita de uma renovada história da língua portuguesa no Brasil e do português brasileiro. Os Volumes II, III e IV enquadram-se, pois, dentro desta nova perspectiva, tratando de aspectos lingüísticos particulares do Recôncavo da Bahia, no século XIX.

No Volume II, faz-se a apresentação e, no III, a edição semidiplomática do *corpus* lingüístico, constituído por 158 cartas particulares escritas predominantemente no Recôncavo da Bahia, no século XIX. No atual estado dos estudos sobre a formação do português brasileiro, é premente a necessidade de construção de uma filologia de textos escritos no Brasil. A amostra lingüística apresentada revela-se de grande valor para a realização de estudos numa perspectiva sociolingüística, por permitir determinar *onde, quando, por quem e para quem* os textos foram escritos.

Dentre os aspectos referidos por Labov (1994) para justificar a sua visão de que o estudo de formas lingüísticas do passado a partir de textos escritos é deficitário em relação ao estudo de formas lingüísticas do presente a partir de textos falados, um é, particularmente, central: o fato de pouco se saber sobre a posição social dos escritores e não muito mais sobre a estrutura social da comunidade. Romaine (1985) – autora que produziu crítica epistemológica fundamental à sociolingüística laboviana – aponta um artifício metodológico a partir do qual se faria a reconstrução do uso social das estruturas lingüísticas no passado. Partindo justamente de um dos princípios basilares da sociolingüística laboviana, o “princípio da uniformidade”, destaca, como de particular interesse para a lingüística histórica, a descoberta de que as línguas expressam uma relação entre o contínuo das classes sociais e o contínuo estilístico. Ou seja, de modo bastante regular, traços lingüísticos característicos de uma classe social baixa freqüentemente ocorrem em estilos informais, assim como traços lingüísticos característicos de uma classe social alta freqüentemente ocorrem em estilos formais. A hipótese é que a regularidade observada no presente deva também ocorrer na estruturação de uma língua em qualquer momento da sua história. Assim, tomando por base o “princípio da uniformidade”, aponta a reconstrução de elaborados contínuos estilísticos textuais como um procedimento metodológico a partir do qual se possa

fazer, por um processo de extrapolação, a reconstrução do uso social das estruturas lingüísticas em momentos sincrônicos passados.

A partir do levantamento das formas de tratamento utilizadas, pôde-se classificar, do ponto de vista estilístico, a amostra lingüística aqui apresentada como constituída, basicamente, por um único tipo de texto: cartas particulares, não-oficiais – por oposição a públicas, oficiais – e não-íntimas, formais – por oposição a íntimas, informais. Não é, pois, uma amostra constituída por textos estilisticamente distintos e, portanto, não é uma amostra que permita a reconstrução por extrapolação, no sentido indicado por Romaine (1985). Assim, visando-se à reconstrução não apenas da estrutura social da comunidade, mas buscando-se mesmo atingir a reconstrução da própria posição social dos escritores – tanto “ilustres”, quanto “comuns” –, na comunidade, realizou-se investigação histórica, sob a direção da pesquisadora Profa. Déborah Kelmann, para se identificar, principalmente através de fontes históricas primárias, os remetentes das cartas, sobretudo do ponto de vista da nacionalidade, mas também quanto à profissão e ao grau de escolaridade. Contrariamente à expectativa inicial, o “saldo” da investigação histórica realizada foi extremamente positivo, permitindo afirmar que, ao menos para o Recôncavo da Bahia, no século XIX, uma análise de base sociolingüística, com reconstrução bastante aproximada da estrutura da comunidade, é possível de se realizar.

A identificação dos remetentes sob o ponto de vista da nacionalidade permitiu distinguir dois sub-corpora: cartas escritas por remetentes de nacionalidade portuguesa e cartas escritas por remetentes de nacionalidade brasileira. Trata-se, porém, de sub-corpora com distinta caracterização em termos de certos indicadores classicamente observados em análises sociolingüísticas. Enquanto, nas cartas escritas por remetentes de nacionalidade portuguesa, os remetentes são do sexo masculino, maioritariamente negociantes e também maioritariamente do Norte de

Portugal, nas cartas escritas por remetentes de nacionalidade brasileira, há remetentes do sexo masculino e do sexo feminino, pertencentes a distintos estratos profissionais e com distintos graus de escolarização e/ou letramento. Os dois sub-*corpora* se aproximam, porém, sob um aspecto: em ambos os casos, os remetentes são, maioritariamente, pertencentes ou à elite ou ao grupo social dela mais próximo na hierarquia sócio-econômica de Salvador e do Recôncavo da Bahia, no século XIX.

O Volume IV dedica-se à análise lingüística dos documentos editados, a partir do confronto entre os dois sub-*corpora* estabelecidos. A segunda metade do século XIX é, por excelência, o momento em que, pela primeira vez, emerge, no Brasil, um fenômeno que se convencionou chamar, a partir da tradição cultural européia ocidental, de a “Questão da Língua”. Dada a lembrança e, em simultâneo, a necessidade de superação de um recentíssimo passado colonial, a “Questão da Língua” se traduziu como a “Questão da Língua Brasileira”. O que se poderia designar, sem risco de exagero, de “A Questão da Sintaxe dos Clíticos” foi, se não o principal, um dos principais lugares da estrutura lingüística em que se materializou a “Questão da Língua”, no Brasil, naquele momento. A “Questão da Sintaxe dos Clíticos” desdobrou-se em dois planos: o estético-literário – nas figuras do brasileiro José de Alencar e do português Pinheiro Chagas – e o normativo-gramatical. O objetivo fundamental da análise lingüística feita no Volume IV foi o de observar, quanto à sintaxe dos clíticos, no Recôncavo da Bahia, no século XIX, em momento imediatamente posterior à Independência, o grau de aproximação/distanciamento entre negociantes portugueses, a elite da comunidade imigrante, e brasileiros maioritariamente pertencentes ou à elite ou ao grupo social dela mais próximo na hierarquia sócio-econômica.

Na atual sincronia, quanto à sintaxe dos clíticos, destacam-se divergências em três níveis: inicialmente, entre o português brasileiro e o

português europeu; no âmbito interno do português brasileiro, entre a norma vernácula e a norma oral culta e, ainda, entre a norma oral culta e a norma padrão. A sintaxe dos clíticos, no século XVI, é a representação mais evidente da aplicação da chamada “lei de Wackernagel”, podendo ser, em linhas gerais, descrita de forma simples: se o verbo ocupa a primeira posição, o clítico ocorre em posição pós-verbal (enclítico ao verbo); porém, se o verbo está precedido por algum elemento, o clítico ocorre em posição pré-verbal (enclítico ao elemento que precede o verbo). Com base em Martins (1994) e Cyrino (1997), as mudanças que tipificaram uma sintaxe portuguesa – ou uma “sintaxe de expansão da ênclise” (também designada de Gramática 2 do português europeu) – e uma sintaxe brasileira – ou uma “sintaxe de expansão da próclise” – ocorreram no século XVII e foram datadas, nos trabalhos das referidas autoras, a partir da análise de textos ditos “populares” de Gregório de Matos e a partir dos Sermões de Antônio Vieira. Quanto ao seu encaixamento na sociedade, propôs-se que as mudanças que definiram a atual sintaxe vernácula brasileira são mudanças que se podem caracterizar como mudanças vindas de baixo, enquanto as mudanças que definiram a atual sintaxe vernácula portuguesa são mudanças que se podem caracterizar como mudanças vindas de cima. Os conceitos de mudança vinda baixo e mudança vinda de cima, tal como foram aqui utilizados, não apresentam exatamente o sentido da sua formulação original, no âmbito da sociolinguística laboviana (Labov, 1966; 1972; 1994). Assumindo a concepção segundo a qual a discussão sobre a mudança deve distinguir dois planos, o plano da Língua-I e o plano da Língua-E, e, além disso, assumindo que, no plano da Língua-I, a mudança é catastrófica e, no plano da Língua-E, ou, no plano da difusão pela sociedade, é gradual (Lightfoot 1999), a diferença fundamental reside no fato de que aqui se consideraram como mudanças vindas de baixo as mudanças que têm origem em gramáticas individuais inovadoras de

indivíduos integrantes de estratos sócio-econômica e culturalmente não privilegiados e como mudanças vindas de cima as mudanças que têm origem em gramáticas individuais inovadoras de indivíduos integrantes de estratos sócio-econômica e culturalmente privilegiados. Tanto para o que se designou como mudanças vinda de baixo, como para o que se designou como mudanças vinda de cima, as mudanças afetariam imediatamente os padrões do vernáculo. Considerou-se também que tais mudanças, iniciadas no século XVII, já se teriam difundido, no século XIX, entre os falantes de todos os estratos sócio-econômicos e culturais, estando, portanto, concluídas para o conjunto da população.

As regras depreendidas na caracterização da sintaxe dos imigrantes foram definidas, se não exclusivamente, quase exclusivamente, como representativas da sua norma vernácula. Por outro lado, considerou-se também que, para os portugueses, não haveria conflito, como hoje não há, entre a norma vernácula e a norma socialmente prestigiada. Considerando-se, todavia, que, no século XIX, a ordem imediatamente pré-verbal já era a ordem vernácula de colocação dos clíticos no português brasileiro, as regras depreendidas na caracterização da sintaxe dos brasileiros foram definidas, dado o seu distanciamento das regras vernáculas, como representativas de uma norma escrita socialmente prestigiada.

Três foram os objetivos gerais que nortearam a análise das cartas escritas por remetentes de nacionalidade portuguesa: a) saber se a gramática dos imigrantes era inovadora ou conservadora em relação à Gramática 2 do português europeu transplantada para o Brasil; b) saber se os indicadores sociais extraídos da caracterização da comunidade de imigrantes portugueses, segundo Monteiro (1982), apontavam para um comportamento conservador ou inovador por parte da comunidade de imigrantes e c) discutir a relevância da Gramática 2 para a aquisição da língua portuguesa no Brasil.

[Lido durante a aula final de Parte IV] - 1.901

Os resultados da análise lingüística demonstraram que a gramática dos imigrantes é essencialmente conservadora em relação à Gramática 2 do português europeu, na medida em que não se atestou nenhuma violação das regras categóricas que definem a referida Gramática 2. Concluiu-se também que os dados fornecidos pela Gramática 2 para a aquisição da língua portuguesa no Brasil foram irrelevantes, apesar de tal gramática se ter estruturado no século XVII e, portanto, por longo período ter fornecido dados para a aquisição da língua portuguesa e apesar também de tal gramática ter-se estruturado a partir de mudanças vindas de cima, identificando-se à variedade normativa do português europeu.

Na análise das cartas dos remetentes de nacionalidade brasileira, o objetivo foi averiguar o grau de convergência entre a norma escrita socialmente prestigiada dos brasileiros e a norma vernácula dos imigrantes portugueses. Fez-se o confronto, distinguindo-se orações com verbos simples, com grupos verbais e com interpolação. Como conclusão geral e mais significativa, deve-se destacar que houve uma grande convergência entre as regras que definem a norma vernácula de colocação dos clíticos dos imigrantes portugueses e as regras socialmente prestigiadas de colocação dos clíticos dos brasileiros. Nos contextos em que tal convergência não se verificou, distinguiram-se duas situações: a) contextos de hipercorreção e b) contextos em que regras da norma vernácula se sobrepõem a regras da norma socialmente prestigiada. O que se definiu como hipercorreção foi atestado na escrita de remetentes brasileiros com baixo grau de escolarização e/ou letramento e também na escrita de remetentes brasileiros com instrução superior. Já as situações em que regras da norma vernácula se sobrepuseram a regras da norma socialmente prestigiada foram atestadas apenas ou mais caracteristicamente na escrita de remetentes brasileiros pouco escolarizados e/ou com baixo grau de letramento.

A SÓCIO-HISTÓRIA LINGÜÍSTICA DO BRASIL:
O ESTADO DA QUESTÃO

INTRODUÇÃO

Revisitar as obras dedicadas à sócio-história lingüística do Brasil, com o duplo objetivo de estabelecer o estado da questão e de projetar novas perspectivas de abordagem do tema, é tarefa preliminar que se têm colocado muitos dos novos diaconistas brasileiros cujas pesquisas se pautam em orientação teórica sociolingüística. (Cf. Oliveira, 1994).

Há, pelo menos, dois modos de se fazer esta revisão: um primeiro, que se poderia chamar de "externo", e que implica reter tal hierarquia sob a

**A SÓCIO-HISTÓRIA LINGÜÍSTICA DO BRASIL:
O ESTADO DA QUESTÃO**

VOLUME I

cronológico, no mero relato da sucessão dos eventos no tempo. O objetivo fundamental desta do Volume I é, pois, fazer uma revisão da literatura dedicada à sócio-história lingüística do Brasil, na perspectiva acima definida. Tal revisão vem precedida de uma proposta de periodização da sócio-história lingüística do Brasil, que, embora passível e certamente sujeita a reformulações posteriores, se pautou, diferentemente de outras propostas do gênero, em critérios mais de natureza sociolingüística. A proposta de periodização apresentada é, na verdade, uma consequência

A SÓCIO-HISTÓRIA LINGÜÍSTICA DO BRASIL: O ESTADO DA QUESTÃO

INTRODUÇÃO

Revisitar as obras dedicadas à sócio-história lingüística do Brasil, com o duplo objetivo de estabelecer o estado da questão e de projetar novas perspectivas de abordagem do tema, é tarefa preliminar que se têm colocado muitos dos novos diacronistas brasileiros cujas pesquisas se pautam em orientação teórica sociolingüística. (Cf. Oliveira, 1994).

Há, pelo menos, dois modos de se fazer esta revisita: um primeiro, que se poderia designar de “externo” e que implica reler tal literatura sob a ótica da mais recente e vasta historiografia colonial e imperial do Brasil, e um segundo, que se poderia designar de “interno” e que implica relê-la buscando-se identificar o seu “sistema de questões”, estabelecido através dos lugares de repetição do discurso sobre o tema e através dos distintos nexos estabelecidos entre esses lugares de repetição do discurso. Opta-se aqui, fundamentalmente, pela segunda perspectiva, sobretudo para evitar-se o risco do olhar ingênuo, que talvez afetasse uma lingüista historiadora da língua portuguesa, não propriamente uma historiadora, no sentido tradicional do termo. Opta-se também por uma revisão não pautada no cronológico, no mero relato da sucessão dos eventos no tempo.

O objetivo fundamental deste do Volume I é, pois, fazer uma revisão da literatura dedicada à sócio-história lingüística do Brasil, na perspectiva acima definida. Tal revisão vem precedida de uma proposta de periodização da sócio-história lingüística do Brasil, que, embora passível e certamente sujeita a reformulações posteriores, se pautam, diferentemente de outras propostas do gênero, em critérios mais de natureza sociolingüística. A proposta de periodização apresentada é, na verdade, uma consequência

da revisão da bibliografia. Contudo, a opção por inverter a ordem da sua apresentação é decorrente do objetivo de destacar mudanças estruturais, globais e profundas que ocorreram no panorama lingüístico brasileiro e que tal periodização busca traduzir¹.

Finalmente, esclarece-se que, embora o objetivo seja o de traçar a sócio-história lingüística do Brasil, no centro da revisão está a história social da língua portuguesa no Brasil.

1 PERIODIZAÇÃO

1.1 PROPOSTAS EXISTENTES

As propostas de periodização da história de uma língua costumam basear-se não em mudanças que a estrutura da língua sofre, mas em mudanças sócio-históricas correlacionáveis às mudanças estruturais.

Apesar de a sócio-história do português brasileiro ainda hoje carecer, para “completar-se”, de estudos que enfoquem as distintas problemáticas regionais, as suas linhas gerais – em que, segundo a perspectiva defendida por Antônio Houaiss (1985:32), se devem articular “fatos da ocupação territorial, fatos das sucessivas distribuições demográfico-lingüísticas dos ocupantes e fatos das prevalências e desaparecimentos das línguas” – já estão bem mais esboçadas que as

¹ Esclarece o historiador Fernando Novais (1995:11): “Transição, já se disse com alguma propriedade, é tudo em história, a ponto de a própria história poder definir-se como o estudo da transição (J. Ortega y Gasset). Se, de fato, se quer indicar a inexistência de limites radicais, o inexorável entrelaçar-se dos acontecimentos no curso da história, a permanente coexistência de formas transatas com antecipações ainda não concretamente definidas, a afirmação ganha sentido e exprime um dos traços essenciais da realidade histórica. E no entanto, para certas épocas mais do que para outras, a própria sensibilidade e a tradição do pensamento historiográfico vem revelando não ser desapropriado falar em transição e crise. É que, não obstante aquela inextricável interpenetração acima referida, o desenrolar da história é periodizado por estruturas globais e profundas, geradas na inevitável relação dos homens entre si na prática de sua vida histórica, e que passam a configurar o quadro de possibilidades em que se desenvolve a própria história (...)”.

linhas gerais da sua história interna. Daí, o fato de as três propostas de periodização para a história do português no Brasil existentes se basearem exclusivamente em fatores externos.

Do conjunto das propostas que se baseiam em fatos da história externa, a primeira elaborada é de autoria de Serafim da Silva Neto (1986 [1950]) e ainda hoje é a mais correntemente referida. Nela, o autor, partindo essencialmente de fatos da história política do Brasil – o início da colonização, a expulsão dos holandeses e a chegada da família real portuguesa –, divide a história da língua em três fases:

- a. **Primeira Fase:** de 1532 (início da colonização) a 1654 (expulsão dos holandeses): Povoamento da costa: escassez do elemento branco; em alguns pontos, mais cedo que em outros, inicia-se o processo que resultará no predomínio da população negra sobre a indígena; a língua geral é necessária a todos; bilingüismo generalizado por parte dos mamelucos; a língua portuguesa, “abastardada e “estropiada”, já se implantara na massa compósita.
- b. **Segunda Fase:** de 1654 (a partir de quando, extinta a ameaça holandesa, se teria marcado em definitivo o caráter português da colonização do Brasil) até 1808 (com a chegada da família real portuguesa): Povoamento do interior: cresce a influência dos brancos e dos negros; rareia o elemento indígena; a língua geral vai paulatinamente deixando de ser utilizada, até limitar-se às povoações do interior e aos aldeamentos dos jesuítas; na língua portuguesa, “produzia-se uma nivelção [uma koiné] provocada pela mistura de falares metropolitanos”; o período que vai de meados do século XVII a meados do século XVIII representa o clímax da expansão territorial: faz-se o

povoamento do interior com as massas do litoral, compostas, em percentagens diversas, de índios, negros, mestiços e brancos “decaídos”, que se expressavam através de um crioulo ou semicrioulo; não cessa, porém, da costa em direção ao interior, o influxo da língua portuguesa.

- c. **Terceira Fase:** a partir de 1808: Urbanização: as elites rurais migram para as cidades; dualidade lingüística entre a nata social (constituída por brancos e mestiços que ascenderam socialmente), exposta, cada vez mais, à influência da escolarização, e o outro estrato social, constituído pelos descendentes dos índios, negros e mulatos da Colônia.

A segunda proposta é de Paul Teyssier (1984 [1982]:75-78) e assim se apresenta:

- a. **Primeira Fase:** do início do período colonial até a chegada de D. João VI (1808): O português europeu falado pelos colonizadores portugueses vai adquirindo traços específicos; os aloglotas aprendem o português de forma imperfeita; o português co-existe com a língua geral – um tupi que, simplificado e gramaticalizado pelos jesuítas, se torna língua comum; conservam-se muitas línguas indígenas particulares, denominadas línguas travadas.

Causas para a decadência da língua geral como língua comum: o aumento da imigração de portugueses, atraídos pelo ouro e diamantes; o Diretório de 03.05.1757 do Marquês de Pombal, cujas decisões, aplicadas ao Pará e ao Maranhão, se estenderam a todo o Brasil em 17.08.1758: proibia-se a língua geral e impunha-se a língua portuguesa como língua oficial; a expulsão, em 1759, dos jesuítas, os principais protetores da língua geral.

*gramaticalizado
ou não utilizado*

b. **Segunda Fase:** da chegada de D. João VI (1808) à Independência (1822): período da “relusitanização” do Rio de Janeiro, com a chegada da família real e de uma população de 15.000 portugueses².

c. **Terceira Fase:** o Brasil independente: a chegada de imigrantes europeus – sobretudo no período que se estende entre 1870 e 1950 –, a extinção do tráfico negreiro e a diluição dos índios na mestiçagem brasileira contribuem para “branqueamento” do Brasil contemporâneo; o país urbaniza-se e industrializa-se; nas grandes cidades, elabora-se o português brasileiro.

A última proposta é de Marlos de Barros Pessoa (1997:19-23) e visa a dar conta do processo que vai da formação de variedades lingüísticas regionais à elaboração da língua literária, processo este que é articulado a fatos da história econômica e da história sociocultural do Brasil e que é apresentado em três fases:

a. **Primeira Fase:** de 1534 (divisão do país em capitanias hereditárias) a 1750 (descoberta do ouro nas Minas Gerais e modernização do Estado português com as reformas pombalinas). “Estágio de multilingüismo, com variedades de línguas e formação de variedades lingüísticas regionais”.

b. **Segunda Fase:** de 1750 a 1922. A segunda fase apresenta-se dividida em três subfases:

I. **Primeira Subfase:** de 1750 (descoberta do ouro nas Minas Gerais e

² As estimativas quanto ao número de portugueses que chegaram com a família real ao Brasil variam entre 15.000 e 18.000.

modernização do Estado português com as reformas pombalinas) a 1808 (transferência da família real portuguesa e urbanização da sociedade brasileira). “Período de koineização de diferentes variedades, que seria uma espécie de pré-koineização da língua comum”;

II. Segunda Subfase: de 1808 (transferência da família real portuguesa) a 1850 (fim do tráfico de escravos). “Subestágio de formação da língua comum, com formação paralela de normas locais”;

III. Terceira Subfase: de 1850 (fim do tráfico de escravos) a 1922 (fim do predomínio das oligarquias, surto industrial, emergência do movimento modernista brasileiro). “Subperíodo de estabilização da língua comum e das normas locais”.

c. Terceira Fase: a partir de 1922. “Estágio de elaboração da língua literária”.

Cada uma das três propostas anteriormente referidas apresenta aspectos considerados problemáticos, em virtude dos quais se julgou que nenhuma delas pudesse ser aceita sem restrições.

Na primeira, destaca-se, inicialmente, a falta de coerência entre a caracterização de cada uma das fases – em linhas gerais, corretamente delineadas – é a tese defendida por Serafim da Silva Neto de que o português brasileiro é unitário e conservador. Por outro lado, como já salientou Marlos de Barros Pessoa (1997: 25), embora fique claro que, na seleção dos fatos históricos que delimitam cada uma das fases – a expulsão dos holandeses e a chegada da família real –, haja a intenção de enfatizar uma progressiva “lusitanização do Brasil”, o destaque para a ocupação holandesa não se justifica em uma proposta de periodização da história lingüística brasileira, na medida em que a presença holandesa no Brasil,

tendo durado poucos anos, não teve conseqüências no plano da linguagem, ou seja, não provocou qualquer “ruptura do desenvolvimento lingüístico normal que (...) se dava, na perspectiva das línguas indígenas, africanas e do próprio português”.

Das três propostas, a de Paul Teyssier é a menos elaborada, o que talvez se possa atribuir ao caráter conciso da sua *História da Língua Portuguesa* (1984 [1982]). Carece de um certo equilíbrio interno, sobretudo quanto a uma justificativa para a segunda fase, extremamente curta para dar conta de mudanças significativas no plano lingüístico em todo o Brasil e mesmo na cidade do Rio de Janeiro, exceto, talvez, se se considerar como representativo do português brasileiro do período em questão apenas o comportamento lingüístico das elites coloniais que habitavam a Corte. Além disso, é notável o quanto é minimizada ou mesmo omitida a participação do contingente negro – juntamente com o contingente português, o mais representativo na constituição da população brasileira³ –, na formação do português brasileiro.

Finalmente, quanto à última proposta, dois aspectos merecem ser comentados. O primeiro refere-se ao fato de terem sido consideradas em uma mesma proposta de periodização lingüística a história da língua falada e a história da língua literária⁴. O segundo diz respeito às fases propostas para a periodização e a caracterização de cada uma delas individualmente: o multilingüismo é apresentado como um traço marcante apenas para o período que se estende de 1534 a 1750; todavia, os dados da história demográfica brasileira não corroboram essa visão da história lingüística, já

³ Quanto à equivalência entre os percentuais da população africana e da população portuguesa no Brasil do século XVI ao século XIX, cf. Tabela 5.

⁴ Apesar de, na discussão do fenômeno de estandarização lingüística, característico dos processos de urbanização, ser fundamental a consideração da elaboração da língua literária, não se justifica, no caso em questão, considerar a Semana de Arte Moderna como “um marco fundamental do desenvolvimento lingüístico do português brasileiro” (Pessoa, *idem, ibidem*: 25).

que os séculos XVIII e XIX juntos detêm 85% do total de africanos que chegaram ao Brasil: 47% no século XVIII e 38% no século XIX (Cf. Mattoso, 1990).

Apesar de as investigações sobre as mudanças estruturais sofridas pelo português no Brasil serem recentes, iniciando-se de forma regular somente a partir da década de 80, ^{Tarallo} já se conta, atualmente, com a possibilidade de se formular uma proposta de periodização a partir da datação de mudanças lingüísticas.

Segundo Fernando Tarallo (1993), a partir da articulação entre diversas mudanças sintáticas que teriam afetado o sistema pronominal e a ordem das palavras, seria possível observar-se, na passagem do século XIX ao século XX, a configuração de uma “gramática” brasileira, distinta da “gramática” do português europeu. Independentemente de se poder discutir a idéia de que as mudanças sintáticas estudadas por Fernando Tarallo definem uma nova “gramática” distinta da gramática do português europeu, o fato em si – a identificação de um conjunto inter-relacionado de mudanças em um dado momento da história de uma língua ^{no} é suficiente para sustentar uma proposta de periodização. nes

Embora não tenha havido por parte de Tarallo uma preocupação sistemática no sentido de correlacionar as mudanças estruturais analisadas a fatores sócio-históricos, tal correlação é apontada por Mattos e Silva (1995:84), quando afirma:

(...) a sócio-história lingüística, ou seja, a “história externa” do português brasileiro fundamenta a proposição de que a sua “gramática” é divergente da “gramática” do português europeu, como mostrou Fernando Tarallo em um de seus últimos trabalhos - Diagnosticando uma gramática do português brasileiro: o português d’aquém e d’além mar ao final do século XIX.

Esta autora (1995:84), porém, levanta uma hipótese relevante e distinta, a de que a datação da emergência dessa “gramática” brasileira talvez possa ser antecipada em aproximadamente um século, devendo situar-se, portanto, não no trânsito do século XIX ao século XX, mas, sim, na passagem do século XVIII ao século XIX:

(...) a análise de fontes escritas mais próximas do português brasileiro falado, que possam vir a ser utilizadas, tais como cartas particulares inéditas de brasileiros, caso sejam encontradas, anteriores à primeira metade do século XVIII, poderá fazer recuar a definição dessa “gramática” para antes do momento proposto, já que a sua sócio-história mostra que ele se originou e se desenvolveu em uma contextualização multilíngüe complexa e absolutamente livre das peias da normatização, pelo menos até o início do século XIX, e de efeito precário.

Na proposta de periodização que a seguir se apresenta, há coincidência entre os limites do período que se vai definir como sendo a primeira fase da sócio-história do português brasileiro – compreendida entre o século XVI e 1850 – e os limites do período que, segundo Tarallo, se pode considerar como sendo o da sua mais marcante diferenciação estrutural em face do português europeu. Tal coincidência não implica, contudo, a negação da hipótese de recuo da datação da emergência da “gramática” brasileira, levantada por Mattos e Silva. De fato, no contexto multilíngüe em que se deu a formação do português brasileiro, terá sido a “descontinuidade” entre a fala dos pais e a dos seus filhos o traço mais marcante do processo de transmissão da língua portuguesa no Brasil. Portanto, ainda que os textos não o confirmem, é teoricamente defensável que a definição dessa “gramática” brasileira seja bastante anterior à passagem do século XIX ao século XX. A passagem do século XIX ao XX será, portanto, aqui considerada não como o momento de definição da

“gramática” brasileira, mas como o momento em que as mudanças que definiram tal “gramática” já se teriam difundido para o conjunto da população.

1.2 ELEMENTOS PARA UMA NOVA PROPOSTA

A proposta de periodização que aqui se defende é um tanto econômica, em muito se beneficia da leitura das propostas anteriores e está fundamentalmente calcada em três aspectos:

- a história demográfico-lingüística brasileira;
- o crescimento populacional associado ao processo de urbanização do país;
- o processo de escolarização associado ao processo de estandarização lingüística.

Correlacionando-se os três fatores referidos, propõe-se, então, uma distinção entre duas grandes fases, assim caracterizadas:

- a. Primeira Fase: multilingüismo generalizado; não-urbanização; não-escolarização e não-estandarização lingüística;
- b. Segunda Fase: multilingüismo localizado; urbanização; escolarização e estandarização lingüística.

Apesar de se reconhecer a necessidade de se subdividir cada uma das fases apresentadas, considera-se que tal subdivisão será mais corretamente proposta, na medida em que distintas histórias lingüísticas regionais forem sendo conhecidas. Julga-se, assim, que, para se dar conta de um panorama geral – deixando-se, por ora, de lado as especificidades locais –, três fatos

são essenciais na compreensão dos caminhos da história lingüística brasileira:

- A passagem de um contexto de país generalizadamente multilingüe a um contexto de país generalizadamente unilingüe e localizadamente multilíngüe;
- o crescimento populacional associado à transformação do país da condição de eminentemente rural à condição de eminentemente urbano;
- o crescimento dos índices de escolarização, retirando o país de um contexto de país iletrado e inserindo-o em um contexto de país com baixos índices de letramento.

A seguir, discute-se mais pormenorizadamente cada um dos três fatos destacados.

1.2.1 DE PAÍS GENERALIZADAMENTE MULTILINGÜE A PAÍS GENERALIZADAMENTE UNILINGÜE

O Brasil é hoje um país com aproximadamente 150 milhões de habitantes⁵ maioritariamente unilingües, cuja língua materna é o português. Cerca de 170 línguas indígenas ainda sobrevivem, sendo faladas, contudo, por uma exígua população de aproximadamente 250 mil indivíduos, fato que, acrescido à inexistência de uma política lingüística que as preserve, indica a sua atual condição de marginalidade e o seu futuro incerto. Há vestígios de utilização de línguas africanas em situações de práticas rituais religiosas e há ainda o fenômeno das “línguas secretas”, existente, por exemplo, no Cafundó, mas não há sequer um exemplar sobrevivente

⁵ A população brasileira estimada para 1993 foi de 151.523.449 habitantes.

170 milhões
Cerca de 250 mil
população indígena
300 e 500 mil
(2000)

Hoje 169.500.000
(2000)

das muitíssimas línguas africanas outrora faladas pela população negro-escrava. Por outro lado, em virtude do processo de imigração, deflagrado sobretudo a partir de meados do século passado, subsistem, na condição de línguas minoritárias, o italiano, o alemão, o japonês e outras línguas, cujo número de falantes vem sendo, todavia, progressivamente reduzido.

Considerando a história demográfica brasileira, não há dúvidas de que o quadro atual, em que o português figura como língua hegemônica, se vai paulatinamente estabelecendo ao longo dos anos da colonização e se torna irreversível em meados do século XIX, a partir de quando, ao menos oficialmente, se encerra a entrada de novos contingentes de escravos negro-africanos no Brasil. Toma-se, pois, como marco divisor entre duas fases claramente distintas da história lingüística brasileira o ano de 1850, data oficial da extinção do tráfico negreiro no Brasil.

extinção do tráfico
chegada dos
escravos após
de 1845

A primeira fase, portanto, estende-se do século XVI à metade do século XIX e define-se, fundamentalmente, como o tempo de contato entre línguas indígenas, línguas africanas e a língua portuguesa, tendo, ao final, prevalecido o uso desta última. A compreensão dessa fase subordina-se a dois aspectos centrais: identificação das variadas formas locais de contato lingüístico que se estabeleceram e caracterização do processo de aprendizagem informal do português com segunda língua por parte de uma massa de falantes que, em diversos momentos históricos, chegou a superar numericamente os falantes nativos do português.

Grosso modo, na história do Brasil, o século XVI costuma desenhar-se como o da fixação litorânea; o século XVII, como o da expansão territorial, iniciando-se já a conquista das terras do interior, e o século XVIII, como o da consolidação em definitivo do projeto colonial português. No decurso desses três séculos e ainda durante o século XIX, praticamente não sofrendo a interferência de qualquer mecanismo social

capaz de conter ou retardar mudanças lingüísticas e, como já se referiu, estando também sempre exposta a uma variadíssima gama de contatos lingüísticos, a língua portuguesa espraia-se e implanta-se no território brasileiro.

É, pois, característica desse período o processo de formação do português rural brasileiro, não-uniforme. A variação lingüística, produto desse momento, é de natureza marcadamente diatópica, opondo as várias regiões, distintas entre si, em virtude de variadas configurações histórico-demográficas e culturais. Em um Brasil eminentemente rural e com taxas (quase) nulas de alfabetização, a fala das elites também terá sofrido o influxo das mudanças que paulatinamente foram dando conformação ao português vernáculo brasileiro. Dizendo de outra forma, a variação diastrática entre falantes nativos do português brasileiro terá sido bastante menos marcada que a atual, pois ainda não existia uma parcela significativa da população brasileira cujo comportamento lingüístico fosse definido pelos modelos difundidos pela escolarização; portanto, as diferenças entre a fala dos indivíduos integrantes da elite e a fala dos indivíduos integrantes dos estratos desprestigiados sócio-economicamente deveriam, ao final do período colonial, ser menores que as observadas atualmente.

Para além de se definir a segunda fase como o momento a partir do qual o multilingüismo [se extingue] ou se torna bastante limitado // geograficamente e a língua portuguesa se torna hegemônica no Brasil, é ainda sob dois títulos que se pretende a seguir caracterizar a distinção entre a primeira e a segunda fases da sócio-história lingüística brasileira: o processo de urbanização, associado ao crescimento populacional, e a escolarização, associada ao fenômeno da estandarização lingüística.

Brasil rural,
há uma
diatópica

1.2.2 DE PAÍS RURAL A PAÍS URBANO

Calcula-se que, na passagem do século XVIII ao século XIX (ano de 1798), a população brasileira atingisse os 3.25 milhões de habitantes, os quais correspondiam a 1 milhão de brancos, a 1.6 milhão de negros e a 650 mil índios⁶.

Os dados apresentados na tabela a seguir, em seriação cronológica, permitem visualizar não apenas o crescimento da população brasileira, mas também, em paralelo, o processo de urbanização do país, o qual se fez em decorrência de maciça migração rural:

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA
1900	14.333.915	6,8%
1920	-	10,7%
1940	-	31,29%
1950	51.944.397	36,16%
1980	120.000.000	67%

Tabela 1

(BORTONI, 1989:167)

Os números acima são claros no sentido de apontarem que o processo de urbanização do Brasil é um fenômeno bastante recente; torna-se já sensível nas décadas de 40 e 50, mas, de fato, implementa-se em todo o país apenas a partir da década de 80. A importância de se estudar o impacto dos dialetos rurais sobre os dialetos urbanos e vice-versa é, pois, uma das questões da ordem do dia da agenda das pesquisas lingüísticas brasileiras, a fim de que se possa compreender a verdadeira face do português brasileiro contemporâneo. Sobre este assunto, Stella Maris Bortoni (1989:167) assim se pronuncia:

⁶ Esses dados foram extraídos de Wehling e Wehling (1994:336), que, todavia, os consideram "falhos, pela falta de estatísticas e discrepância das informações contemporâneas."

A vida e a cultura neste país foram profundamente alteradas neste século por esse fenômeno de mobilidade geográfica, que se tornou, por isso mesmo, objeto de especial interesse nas ciências humanas em geral. Surpreendentemente a Lingüística tem passado ao largo da questão e pouco se conhece do processo sociolingüístico de transformação dos dialetos rurais brasileiros em variedades urbanas.

A tabela abaixo, em que se incluem as décadas de 60 e 70 e em que se discriminam os dados por regiões, permite constatar que a urbanização não ocorreu simultaneamente em todas as partes e que a região Sudeste, estando na vanguarda do processo, ainda hoje é a região mais urbanizada do país:

	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Norte	27.75%	31.49%	37.80%	45.13%	51.65%	57.84%
Nordeste	23.42%	26.40%	34.42%	41.81%	50.46%	60.64%
Sudeste	39.42%	47.55%	57.36%	72.68%	82.81%	88.01%
Sul	27.73%	29.50%	37.58%	44.27%	62.41%	74.12%
Centro-Oeste	21.52%	24.38%	35.02%	35.02%	67.79%	79.16%
Brasil	31.24%	36.16%	45.08%	55.92%	67.59%	75.47%

Tabela 2

(BRANDÃO, 1996)

No que toca à questão que está sendo discutida, o principal aspecto a se destacar na observação do impacto exercido pela urbanização do país na sua história lingüística – fenômeno este, como já se disse, em larga escala decorrente não do crescimento da população, mas do êxodo rural – diz respeito ao que se pode identificar como sendo uma “reorganização” do quadro da variação lingüística brasileira, que passa de marcadamente diatópica a marcadamente diastrática:

a. Na primeira fase, o país é eminentemente rural, e a sua diversidade lingüística caracteriza-se, principalmente, pela oposição dos dialetos rurais entre si;

b. Na segunda fase, o Brasil torna-se um país eminentemente urbano, e a variação diatópica esbate-se em favor de uma variação de tipo diastrático, que opõe falantes de níveis socioculturais distintos, com as classes baixas urbanas passando a ser integradas progressiva e maioritariamente pela população de origem rural e por seus descendentes⁷.

1850
Paraná
do Brasil

1.2.3 DE PAÍS ANALFABETO A PAÍS PARCIALMENTE ALFABETIZADO

Ainda sobre a distinção entre essas duas fases, a escolarização – associada à estandarização lingüística – é o terceiro fator a ser examinado.

Do século XVI ao início do século XIX, o percentual de letrados no Brasil foi irrisório, variando entre 0.5% e 1% da população (Houaiss, 1985:89).

No início do século XX, esses índices apresentaram um crescimento significativo, chegando a 35% os indivíduos que, entre 1900 e 1920, sabiam ler e escrever, conforme a tabela abaixo o demonstra:

⁷ Note-se que Paul Teyssier (1984:79) afirma que “as divisões ‘dialetais’ no Brasil são menos geográficas que socioculturais”, ou seja, que “as diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros no mesmo nível cultural originários de duas regiões distintas uma da outra”; do que conclui que “a dialectologia brasileira será (...) menos *horizontal* que *vertical*”.

**Proporção de alfabetizados e de analfabetos na população brasileira
de quinze anos e mais**

Especificação	1900	1920
Total	9.752.111	17.557.282
Sem declaração	22.791	-
Sabem ler e escrever	3.380.451	6.155.567
Não sabem ler e escrever	6.348.869	11.401.715
% de analfabetos	65	65

Tabela 3

(FERNANDES, 1966; *apud* RIBEIRO, 1995)

De acordo com os dados do censo demográfico de 1991, atualmente, cerca de 75% dos brasileiros são alfabetizados. Note-se, porém, que uma visão mais detalhada dos números totais revela uma realidade ainda muito distante da ideal: apenas 38% dos brasileiros concluem a 1ª série do 1º grau; menos de 25% concluem o 1º grau; 17% concluem o 2º grau e 10% chegam à universidade (Relatório Técnico de 1990, Ministério da Educação; *apud* Mattos e Silva, 1995:83).

Considera-se que, enquanto na primeira fase da sócio-história lingüística do Brasil, não se pode indicar uma real interferência de uma norma padrão (difundida por um sistema formal de educação) sobre o português vernáculo brasileiro (o qual substancialmente se ia constituindo com a participação de falantes alogotas em contato com falantes nativos brasileiros e europeus não escolarizados), na segunda fase, tal interferência, ainda que baixa, já se verifica.

2 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Delimitadas essas duas fases, o objetivo, a seguir, é tratar apenas das questões relativas ao período que se estende do século XVI ao século XIX, compreendido como o período de *formação* do português brasileiro.

A releitura de obras fundamentais dedicadas à sócio-história lingüística do Brasil permitiu identificar o que se vai designar de um “sistema de questões” referentes à compreensão do período que medeia entre o século XVI e meados do século XIX, o qual abrange os seguintes pontos:

a) A transplantação do português para o Brasil:

- Identificação dos colonizadores: de que parte de Portugal eram provenientes; quando vieram; quem foram;
- Discussão sobre a correlação entre a procedência geográfica dos colonizadores e traços lingüísticos gerais do português brasileiro.

b) A estratificação sociolingüística e o contato lingüístico:

- A língua portuguesa falada por portugueses e seus descendentes;
- A língua portuguesa falada por aloglotos e seus descendentes;
- O contato lingüístico: português e línguas indígenas; português e línguas africanas; possível formação de *pidgins* e crioulos.

c) Os agentes promotores da hegemonia e da estandarização lingüística:

- políticas lingüísticas;
- escolarização.

A seguir, aborda-se cada uma das “questões” que integram o referido “sistema”

2.1 A TRANSPLANTAÇÃO DO PORTUGUÊS PARA O BRASIL

Na primeira metade do século XX, desenvolveram-se estudos sobre o processo de transplantação do português para o Brasil dentro de uma linha cuja preocupação fundamental era buscar estabelecer uma correlação entre traços fônicos de presença geral no português brasileiro e a procedência geográfica dos colonizadores portugueses.

Como é sabido, é fato comprovado a ausência de traços dialetais típicos do Norte de Portugal no português brasileiro. Esse traços, sociolingüisticamente desprestigiados, são:

- (i) a ocorrência de /b/ por /v/;
- (ii) a conservação da africada /tʃ/;
- (iii) a ocorrência, no sistema de sibilantes, de duas consoantes que se opõem pelo traço sonoridade, sendo ambas, porém, apicais, e não pré-dorsais, como na variante padrão da língua.

A ausência de tais traços sugeriu a hipótese do predomínio, na colonização do Brasil, de portugueses originários da região meridional de Portugal. Similarmente ao caso do português brasileiro, o espanhol americano apresenta traços lingüísticos que o aproximam dos dialetos do Sul da Espanha; assim, reforçou-se, como geral para a colonização ibérica do continente americano, a hipótese meridionalista.

A idéia hoje correntemente aceita, porém, é a de que o fato de o português brasileiro estar isento das referidas marcas dialetais

desprestigiadas típicas do Norte não implica que os colonizadores portugueses sejam maioritariamente originários do Sul.

Assim, propõe Luís Filipe Lindley Cintra a seguinte explicação para o problema (*apud* Silva Neto, 1986 [1950]):

o fato várias vezes apontado de o português do Brasil apresentar uma série de características fonéticas que o aproximam dos falares meridionais do português da Europa deve-se possivelmente à generalização, na língua dos colonizadores, das características de uma pronúncia que, como ainda hoje acontece no continente português, era a que apresentava a maior força expansiva, não precisando de ser a pronúncia da maioria para ser a mais geralmente aceite.

No processo de transplantação do português, a literatura menciona dois casos como constituindo exemplos à parte. Em primeiro lugar, o da comunidade de imigrantes açorianos, que, em virtude de um relativo isolamento, teria deixado algumas das suas marcas dialetais no português das regiões em que se implantou, mais especificamente, no litoral catarinense. A imigração açoriana para o Brasil foi feita de forma planejada, iniciando-se no século XVII e prosseguindo pelo século XVIII, porém o seu destino não foi apenas o Sul do Brasil, como se costuma referir, mas também o Norte, sendo Santa Catarina, o Rio Grande do Sul e também o Pará os pontos em que principalmente se verifica a sua presença. Em segundo lugar, o episódio que trouxe ao Rio de Janeiro, em 1808, de 16 a 18 mil portugueses acompanhando a família real. Este contingente de portugueses fez dobrar a população do Rio de Janeiro, que, então, também era de 16 a 18 mil habitantes. Dado o prestígio sociocultural desses portugueses, atribuem-se alguns dos traços dialetais cariocas à sua influência.

A explicação, anteriormente mencionada, proposta por Luís Filipe Lindley Cintra corroborou as idéias que a esse respeito desenvolveu

Serafim da Silva Neto. Tributário das reflexões desenvolvidas por Hugo Schuchardt sobre as características lingüísticas das áreas de colonização (por exemplo, o inglês da América do Norte em face do inglês britânico; o latim provincial em face do latim da Itália), Serafim da Silva Neto estendeu para o caso brasileiro a idéia de que, produto do contato lingüístico entre dialetos das diversas regiões portuguesas, se desenvolveu no Brasil um português médio, denominador comum, *desregionalizado*, pois não identificado com nenhuma das variantes dialetais regionais em contato que lhe deram origem, à maneira, portanto, de uma *koiné* helênica⁸; sob tal ponto de vista, as áreas de colonização eram consideradas áreas de nivelção lingüística, de grande unidade, portanto. A tal ponto a idéia de unidade lingüística das áreas de colonização teve aceitação que, para o mundo da lusofonia, se sugeriu mesmo uma maior semelhança das variedades ultramarinas do português entre si – aproximando-se como variedades lingüísticas de áreas colonizadas –, que entre estas individualmente e o português europeu (Cf. Houaiss, 1985:90;101-103), afirmação que obviamente carece de ser comprovada, pois, como é sabido, ainda hoje praticamente inexistem descrições do português falado nas ex-colônias portuguesas da África.

Do ponto de vista sociolingüístico, a explicação para o fato de o português brasileiro não apresentar marcas dialetais do Norte de Portugal parece clara: o que se deve ter verificado, portanto, é que, independentemente de ter havido o predomínio demográfico de colonizadores de uma ou de outra região de Portugal, no processo de concorrência lingüística que se estabeleceu entre as variantes dialetais do Norte e do Centro-Sul de Portugal, postas em contato no Brasil, as variantes sociolingüisticamente mais prestigiadas lograram o êxito de se impor perante as demais.

⁸ Sobre o conceito de *koiné*, consulte-se Hock (1988:485-486).

Não se pode pensar, todavia, a formação histórica do português brasileiro a partir, exclusivamente, dessa *koiné* portuguesa. Fazê-lo seria omitir da caracterização da cena lingüística brasileira os contatos entre falantes da língua portuguesa e falantes de variadíssimas outras línguas, línguas indígenas e africanas, em um primeiro momento, e línguas de imigrantes europeus não-portugueses e asiáticos, em um segundo momento. Um outro aspecto ainda a se levar em conta é que o fenômeno da *koinização*, que é um fenômeno de nivelção lingüística, pode englobar variedades L1 e variedades L2 de uma língua. A presença de variedades L2 levanta a possibilidade de uma transferência de elementos do substrato e de influência de processos aquisitivos associados com a aprendizagem de uma L2.

2.2 ESTRATIFICAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA E CONTATO LINGÜÍSTICO

Caracterizar a estrutura sociolingüística da comunidade brasileira, no período que se estende do século XVI a meados do século XIX, significa, para além de correlacionar línguas e variantes dialetais dessas línguas aos estratos étnico-sociais que compunham a sociedade, desvendar a intrincada rede de contatos lingüísticos estabelecidos, ou seja, o modo como se deu a complexa interação entre falantes nativos de línguas distintas, produzindo-se a consequência de um “denominador comum”, diversificado em sua estrutura, o português brasileiro.

Antes, porém, de se tratar do complexo processo de interação lingüística estabelecido, apresentam-se panoramas isolados, referentes à situação das línguas indígenas e das línguas africanas.

2.2.1 PANORAMAS ISOLADOS

2.2.1.1 LÍNGUAS INDÍGENAS

Calcula-se que quando da chegada dos colonizadores portugueses, em 1500, a população indígena brasileira girava em torno dos 5 milhões de indivíduos. Hoje, os índios brasileiros estão reduzidos a cerca de 250.000, correspondendo, portanto, a 5% dos que havia em 1500 e a menos de 1% da população brasileira atual. O quadro atual, porém, não dista muito do que já se observava ao final do período colonial.

São largamente variáveis as avaliações sobre o número de línguas indígenas existentes anteriormente ao início do contato com os portugueses. Segundo Antônio Houaiss (1985:98), por exemplo, “para o passado recente pré-cabralino, falar de 500 a 1.500 línguas indígenas não parece exagero”; da mesma forma, Aryon Dall’Igna Rodrigues (1994:19) diz ser “provável que na época da chegada dos primeiros europeus ao Brasil, há quase quinhentos anos, o número das línguas indígenas fosse o dobro do que é hoje”, estando, portanto, em torno das 340 línguas; porém, em cálculo posterior, propõe que houvesse 1.175 línguas (*apud* Mattos e Silva, 1995:80).

Os estudos realizados sobre as línguas indígenas até agora permitiram classificá-las geneticamente em quatro famílias lingüísticas maiores:

- Família Tupi-Guarani;
- Família Karib;
- Família Aruak e Arawá;
- Família Tukano, Maku e Yanomami.

Ao lado dessas famílias lingüísticas maiores, ocorrem ainda famílias lingüísticas menores ao Sul do Amazonas. Além das famílias, identificaram-se também dois troncos lingüísticos:

- Tronco Tupi;
- Tronco Macro-Jê.
- Subsistem, porém, algumas línguas isoladas⁹.

No que toca às línguas indígenas, o fato comumente apresentado na literatura como de maior interesse quanto à questão do contato estabelecido com a língua portuguesa é o que diz respeito ao fenômeno das chamadas “línguas gerais”.

Originalmente, a expressão “língua geral” teria sido utilizada tanto por portugueses, quanto por espanhóis, apenas para designar línguas indígenas faladas em grande extensão territorial (Rodrigues, 1994:99).

Ainda que guardando esta acepção original, a expressão “língua geral” ampliou-se semanticamente, adquirindo uma segunda acepção. As seguintes passagens de Antônio Houaiss (1985:47-48) revelam o outro sentido que se atribui ao termo:

os habitantes indígenas do Brasil falavam um sem número de línguas localmente confinadas, ao sabor da base cultural de cada tribo ou nação, isto é, a base territorial

pelas afinidades languageiras - etimológicas, morfológicas, semânticas, sintáticas et aliae -, certos conjuntos de línguas indígenas, apartados regularmente entre si e entre si não ou pouco intercomunicantes, podiam mais facilmente aceder a uma “língua geral”

⁹ A classificação aqui referida é a que apresenta Rodrigues (1994), autor a quem se remete para maior detalhamento do assunto.

Portanto, conforme define Houaiss, uma “língua geral” “recobriria” várias outras, afins do ponto de vista genealógico.

Há, ainda, uma terceira acepção, em que o termo “língua geral” se refere a uma língua qualquer sobreposta a outras em contextos multilíngües, sem que, necessariamente, as línguas a que a “geral” se sobreponha sejam correlacionadas geneticamente.

Na literatura sobre a sócio-história lingüística brasileira, geralmente não se faz referência ao fenômeno das línguas gerais, mas a *uma* língua geral específica, a que também já se chamou de “língua do Brasil”, “língua da terra”, “língua do mar”, “língua brasílica” e, apenas no século XIX, “tupi” ou que simplesmente é designada por “língua geral”. Assim, praticamente se reduz o fenômeno em questão ao caso da língua tupinambá ou tupi antigo, que, alçada à condição de língua geral, teria sido utilizada para estabelecer a comunicação entre tribos falantes de línguas diversas e entre estas e os portugueses.

O multilingüismo generalizado que caracterizou o Brasil do século XVI a meados do século XIX, na verdade equacionava-se, quer localmente, quer ao nível individual, em variadíssimas situações de bilingüismo. Ou seja, nos atos comunicativos concretos, os indivíduos em interação (ou parte dos indivíduos em interação) eram bilingües, falantes da sua língua nativa e de uma segunda língua, a que permitia a intercomunicação.

Dentre as variadíssimas situações de contato estabelecidas, o caso mais discutido é o que teria envolvido a língua portuguesa e a língua geral tupinambá, na medida em que esta última é apontada como a maior concorrente da língua portuguesa no processo de disputa pela hegemonia lingüística brasileira.

À chegada dos portugueses, no século XVI, a língua dos índios tupinambá era falada em toda a área que se estende do litoral de São Paulo ao litoral do Nordeste. O primeiro movimento não foi o de aprendizagem do português pelos índios, mas, sim, de aprendizagem do tupinambá por parte dos portugueses; para este fato, a ação catequética dos jesuítas deu um contributo fundamental, na medida em que não elegeu a língua portuguesa como a língua da catequese. A primeira gramática que da língua tupinambá se fez é da autoria do padre Anchieta e intitula-se *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, publicada em Coimbra, em 1595.

Obviamente que, ao se falar da língua geral tupinambá, realidades distintas se podem entrever: o tupinambá tal como o praticavam os seus falantes nativos e o tupinambá tal como o praticavam os seus falantes não-nativos, índios falantes nativos de outras línguas e portugueses. A versão missionário-jesuítica deve refletir mais proximamente o segundo caso. Por outro lado, como qualquer língua, a geral tupinambá é variável em sua estrutura e sofre mudanças ao longo do tempo. Assim, Aryon Dall'Igna Rodrigues, embora afirme que o tupinambá tenha sido a língua “predominante nos contatos entre portugueses e índios nos séculos XVI e XVII e (se tenha tornado) a língua da expansão bandeirante no Sul e da ocupação da Amazônia do Norte”, prefere distinguir, por razões temporais e espaciais, uma Língua Geral do Sul e uma Língua Geral do Norte. A esse respeito diz (1994: 102-103):

A Língua Geral do Sul, ou Língua Geral Paulista, (...) teve sua origem na língua dos índios Tupi de São Vicente e do Alto do Rio Tietê, a qual diferia um pouco do Tupinambá. É a língua que no século XVII falavam os bandeirantes que de São Paulo saíram a explorar Minas Gerais, Mato Grosso e o Sul. (...) Em São Paulo ela foi dominante no século XVII, mas passou a ser suplantada pelo Português no século XVIII.

Já a Língua Geral Amazônica desenvolveu-se inicialmente no Maranhão e no Pará, mais tarde do que a do Sul, a partir do Tupinambá. (...) o Tupinambá e essa Língua Geral em que ele se transformou é que foi a língua da ocupação portuguesa da Amazônia nos séculos XVII e XVIII. Aí ela foi o veículo não só da catequese, mas também da ação social e política portuguesa e luso-brasileira até o século XIX.

As duas línguas gerais, faladas em novos contextos sociais, alteraram-se paulatinamente em sua estrutura. Da Língua Geral Paulista, chamada Tupi Austral por Martius, não sabemos muita coisa; na verdade, só conhecemos dela um documento (um dicionário de verbos) bastante tardio, provavelmente do século XVIII, publicado pelo mesmo Martius em 1863. Já a Língua Geral Amazônica, também conhecida, a partir do terceiro quartel do século XIX, pelo nome de Nheengatu (ie'êngatú "língua boa"), além de continuar sendo falada até hoje, é conhecida por muitos documentos (gramáticas, dicionários, catecismos e lendas), tanto do século XVIII, como dos séculos XIX e XX.

Para além das mais conhecidas situações de emergência de línguas gerais, referentes à(s) língua(s) geral(is) de base tupinambá, Antônio Houaiss (1985:37) diz haver ainda um outro caso documentado de existência de uma língua geral. Trata-se da língua cariri, utilizada como geral em faixa interiorana do Nordeste. Essa língua está descrita na *Arte de gramática da língua brasílica da nação Cariri*, da autoria de Luís Vicêncio Mamiami, publicada em Lisboa, em 1699.

2.2.1.2 LÍNGUAS NEGRO-AFRICANAS

A necessidade de mão-de-obra abundante para o cultivo de vastíssimas terras define-se como o fator que propulsiona a chegada, já em 1502, dos primeiros carregamentos de negros africanos trazidos como escravos à América. O tráfico negreiro, tão cedo iniciado, cedo também se converte em um dos mais lucrativos empreendimentos econômicos da era colonial e se estende por mais de três séculos, extinguindo-se apenas em 1860.

Neste lapso de tempo, calcula-se que mais de 9 milhões e meio de africanos tenham chegado ao continente americano; avalia-se ainda que o Brasil teria sido responsável pela importação de 3.500.000/3.600.000 desses mais de 9 milhões e meio de africanos, absorvendo, portanto, entre a segunda metade do século XVI e 1850, cerca de 40% da mão-de-obra escrava trazida para o Novo Mundo¹⁰.

Os quatro ciclos sucessivos de entrada de negros africanos no Brasil trouxeram, para compor a Babel colonial, falantes de aproximadamente 300-400 línguas (Cf. Houaiss, 1985:101), das quais atualmente nenhuma sobrevive, a não ser como vestígio em situações de práticas rituais religiosas ou através das chamadas “línguas secretas”. Tais línguas pertenciam aos seguintes grupos lingüísticos dispostos na tabela abaixo:

	XVI	XVII	XVIII	XIX
OESTE-ATLÂNTICO	20%	7%	1%	3%
MANDE	20%	7%	1%	3%
KRU	14%	5%	1%	3%
GUR	1%	3%	8%	9%
BENWE-KWA (NÃO BANTO)	7%	10%	20%	24%
BANTO	35%	65%	64%	50%
OUTROS ¹¹	3%	3%	5%	8%

Tabela 4

(MUSSA, 1991)

¹⁰ Como bem destaca Darcy Ribeiro (1995:161), ao longo do tempo, os estudiosos dedicados à questão da demografia histórica da população escrava brasileira têm primado por apresentar estimativas discordantes entre si: “As primeiras estimativas relativas à quantidade de negros introduzidos no Brasil durante os três séculos de tráfico variam muito. Vão desde números exageradamente altos, como 13,5 milhões para Calógeras (1927) ou 15 milhões para Rocha Pombo (1905), até cálculos muito exíguos, com 4,6 milhões para Taunay (1941) e 3,3 milhões para Simonsen (1937).” Ou seja, o cálculo de 3.500.000/3.600.000 negros apresentado por Kátia de Queirós Mattoso (1990) - e, segundo ela, porque baseado em fontes primárias, quase unanimemente admitido pelos que hoje se dedicam ao assunto - é considerado exíguo na avaliação de Darcy Ribeiro (*idem, ibidem*:141), que prefere fazer uso do que chama de “demografia hipotética”, ou seja, “séries históricas compostas com base nos poucos dados concretos e completadas com o que parece ser verossímil”. Com base nesse procedimento, Darcy Ribeiro considera que os escravos ingressos no Brasil teriam alcançado aproximadamente o dobro do número geralmente admitido.

¹¹ Em “outros”, incluem-se: adamawa-ubanguiano; dogon; não niger congo.

no anexo
no Anexo

De todos os grupos lingüísticos acima mencionados, o banto é o que chega com o maior número de falantes ao longo de todo o período do tráfico negreiro: 35%; 65%; 64% e 50%. A seguir, porém com uma participação já bastante inferior, vêm os falantes de línguas pertencentes ao grupo benwe-kwa: 7%; 10%; 20% e 24%. Os falantes de línguas dos demais grupos lingüísticos – à exceção do oeste-atlântico, do mande e do kru, que, no século XVI, apresentam, respectivamente, os percentuais de 20%; 20% e 14% – são, ao longo dos três séculos em que chegam, percentualmente sempre inferiores a 10%.

Apesar da predominância dos indivíduos de línguas banto – sobretudo das línguas quimbundo, quicongo e umbundo –, não é provável que uma língua africana se tenha tornado hegemônica durante o período colonial, nem mesmo entre os negros, pois a política portuguesa foi quase sempre a de mesclar as diferentes etnias africanas que aportaram no Brasil, buscando evitar, assim, qualquer tentativa de insurreição.

Exceção a esta regra de mesclagem das diferentes etnias, segundo Yeda Pessoa de Castro (1980a:138), só parece ter sido observada em uma fase já tardia do tráfico, no século XIX, quando “o Brasil passava por um processo de desenvolvimento urbano que exigia um grande contingente de mão-de-obra africana nas cidades localizadas principalmente no litoral”. Essa autora distingue, então:

- a. Uma *realidade urbana* – como a que, por exemplo, teriam vivido os iorubá-nagôs na cidade do Salvador no século passado, quando, concentrados etnicamente e gozando de relativa liberdade, puderam, durante certo tempo, preservar a sua língua;
- b. Uma *realidade rural* – vivida em grande parte pelos negros banto, que, introduzidos no Brasil, maioritariamente, na condição de escravos

rurais, foram “confinados nas senzalas, misturados etnicamente entre si e a contingentes de índios numa condição que não lhes permitia adaptar-se à realidade de uma nova situação sem quebra violenta de seus padrões culturais”.

O aparente paradoxo dessa situação – explicável, porém, exatamente em função do número percentual maciço de entrada de bantos durante todo o período do tráfico e também do prolongado contato interétnico e intercultural a que estiveram submetidos – é que justamente o contributo lingüístico banto seja, ao menos no que tange ao nível lexical, atestado como sobejamente mais largo (os empréstimos lexicais são anteriores, apresentam maior grau de integração morfológica e dispõem-se em um maior número de campos semânticos) que o contributo de outros grupos lingüísticos, atestável apenas na esfera das práticas religiosas.

Do ponto de vista lingüístico, a população escrava brasileira se organizava complexamente, distribuindo-se em estratos sociolingüísticos bastante diversos:

- a. Escravos ladinos: Escravos “bilingües”, falantes de uma língua africana e do português como segunda língua; havia os ladinos que já vinham da África falando ou a língua franca portuguesa da costa africana (ali falada durante os séculos XV, XVI e XVII) ou sabendo o português mesmo, ainda que com finalidades muito práticas, e os que aprendiam português no Brasil. O termo “bilíngüe”, neste contexto, obviamente, recobre um leque muito variável de competências, que vão desde um conhecimento precário a um maior conhecimento da segunda língua.
- b. Escravos boçais: Escravos ainda não ladinos, recém-chegados da África e desconhedores da língua portuguesa.

c. Escravos crioulos: Escravos nascidos no Brasil (filhos de escravos ou apenas de mãe escrava), que eram ou monolíngües – em língua africana ou em língua portuguesa – ou bilingües, distinguindo-se, porém, dos ladinos, já que o português não era sua segunda língua, mas sim língua materna. Também neste contexto, o termo bilingüe envolve um leque muito variável de possibilidades, a depender do micro-contexto social; assim, a “ordem da aprendizagem” das línguas envolvidas deve ter variado de acordo com três situações: L_A e L_B aprendidas simultaneamente; L_A aprendida antes de L_B e L_B aprendida antes de L_A .

A interação lingüística desses estratos entre si, com os índios “integrados” e com os dois outros grupos de falantes de distintas variedades do português – os europeus e os “brancos” brasileiros – é um dos problemas-chaves da história lingüística brasileira, ainda a ser desvendado.

2.2.2 HISTÓRIA DEMOGRÁFICA E CORRELATOS LINGÜÍSTICOS

Deve-se atribuir a Alberto Mussa (1991), a partir da sua dissertação de Mestrado, intitulada *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*, o mérito de, ao trilhar os caminhos da demografia histórica brasileira, trazer novas informações sobre o passado lingüístico do Brasil e, assim, consolidar a importância central dos estudos demográficos na compreensão da formação histórica do português brasileiro.

É sabida, porém, a dificuldade de se estudar a história da formação da população brasileira, devido à quase inexistência de confiáveis análises demográficas relativas ao passado. Assim, na discussão da caracterização

da estrutura sociolingüística da comunidade brasileira – visando-se à compreensão do processo a partir do qual a língua portuguesa deixou de ser praticada apenas nos limites de um grupo, passando à condição de vernáculo da quase totalidade da população –, contrastam-se, a seguir, correlatos lingüísticos inferidos a partir de dois distintos painéis reconstitutivos da história demográfica brasileira.

O primeiro dos painéis reconstitutivos da histórica demográfica brasileira a ser discutido é o elaborado por Alberto Mussa para o período que se estende entre o século XVI e o século XIX¹²:

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
AFRICANOS	20%	30%	20%	12%	2%
NEGROS DO BRASIL	-	20%	21%	19%	13%
MULATOS	-	10%	19%	34%	42%
BRANCOS DO BRASIL	-	5%	10%	17%	24%
EUROPEUS	30%	25%	22%	14%	17%
ÍNDIOS INTEGRADOS	50%	10%	8%	4%	2%

Tabela 5

(MUSSA, 1991:163)

A leitura da Tabela 5 permite, dentre outras, as seguintes considerações:

- O número de indivíduos não-brancos (africanos, negros brasileiros, índios e mulatos) sempre superou o número de indivíduos brancos (europeus e brancos brasileiros), conforme se pode ver mais claramente a partir da Tabela 6, abaixo, que reorganiza os dados da Tabela 5:

¹² Segundo Alberto Mussa, essa tabela foi elaborada a partir dos dados colhidos em Hasenbalg (1979) - *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* -, em A. Carreira (1981) - *Situação das Pesquisas acerca do Tráfico em Portugal* -, no censo de José de Anchieta, de 1583, e ainda nos censos de 1850 e 1890.

	NÃO-BRANCOS	BRANCOS
(1538 - 1600)	70%	30%
(1601 - 1700)	70%	30%
(1701 - 1800)	68%	32%
(1801 - 1850)	69%	31%
(1851 - 1890)	59%	41%

Tabela 6

• Os indivíduos não-brancos são não-falantes da língua portuguesa ou descendentes de não-falantes da língua portuguesa; portanto, no Brasil, a língua portuguesa deixou de ser falada apenas nos limites de um grupo minoritário, constituído por portugueses e seus descendentes, e, progressivamente, foi passando à condição de vernáculo de uma população de descendentes de falantes de outras línguas. Sendo assim, o contato lingüístico, a aquisição da língua portuguesa como segunda língua e o processo irregular de transmissão da língua portuguesa são fatos centrais para a compreensão da história lingüística brasileira;

• Considerando-se, inicialmente, as chamadas “matrizes étnicas” do povo brasileiro – *índios, europeus e africanos* –, observa-se que:

- a) Os contingentes de *europeus* e *africanos* são praticamente equivalentes do século XVI até a segunda metade do século XIX, correspondendo, respectivamente a (30% 25% 22% 14% 17%) e a (20% 30% 20% 12% 2%);
- b) Contudo, a participação do contingente de *índios* na composição da população brasileira decresce de forma bastante expressiva já a partir do século XVII (50% 10% 8% 4% 2%);

c) Portanto, com base nesses dados, é relevante destacar, na reconstituição da história lingüística brasileira, que o contato entre o português e as línguas africanas foi muito mais intenso e duradouro que o contato entre o português e as línguas indígenas. Neste sentido, um aspecto ainda a se destacar é a observação várias vezes feita por Serafim da Silva Neto (1986 [1950]:100;105) de que, a se ter em conta a influência indígena na formação do português brasileiro, esta estaria limitada ao âmbito rural (já que, depois do primeiro século de colonização, os índios teriam desaparecido do litoral, onde predominantemente estavam localizadas as cidades), enquanto que a influência africana se teria processado tanto na esfera urbana, quanto na rural, sendo, todavia, mais forte nesta última, por não ter havido aí uma ação planificadora sobre a fala dos negros.

- A partir do século XVII e até o século XIX, para além de *índios*, *européus* e *africanos*, a Tabela 5 apresenta três outros estratos integrantes da população brasileira: *mulatos*, *brancos brasileiros* e *negros brasileiros*. Pode-se observar que os *mulatos* são os que mais crescem (10%, 19%, 34% e 42%), vindo a seguir os *brancos brasileiros* (5%, 10%, 17% e 24%); o contingente de *negros brasileiros* é bastante expressivo e permanece estável entre o século XVII e a primeira metade do século XIX (20% 21% 19% 13%), mas começa a decrescer justamente a partir daí, sendo superado pelo contingente de *mulatos* na primeira metade do século XIX e pelo contingente de *brancos brasileiros* na segunda metade do século XIX.

A Tabela 7, a seguir, elaborada por Darcy Ribeiro, diferentemente da anterior, não foi composta com a finalidade de rastrear a história lingüística brasileira; o objetivo do autor foi permitir avaliar o crescimento da população integrada no empreendimento colonial e, paralelamente, a diminuição dos contingentes aborígenes autônomos:

	1500	1600	1700	1800
“BRANCOS” DO BRASIL	-	50.000-25%	150.000-30%	2.000.000-50%
ESCRAVOS	-	30.000-15%	150.000-30%	1.500.000-37.5%
ÍNDIOS “INTEGRADOS”	-	120.000-60%	200.000-40%	500.000-12.5%
ÍNDIOS ISOLADOS	5.000.000	4.000.000	2.000.000	1.000.000
TOTAIS	5.000.000	4.200.000	2.500.000	5.000.000

Tabela 7

(RIBEIRO, Darcy. 1995: 151)

Há diversos contrastes relevantes entre a Tabela 5 e a Tabela 7 que mereceriam comentários mais pormenorizados. Porém, a seguir, destaca-se o contraste que diz respeito às diferentes avaliações sobre a participação do contingente dos *índios integrados* na formação da população brasileira:

- Segundo Alberto Mussa, já ao longo do século XVII, os *índios integrados* teriam deixado de corresponder a 50% da população brasileira, passando a apenas 10% do total. Porém, segundo Darcy Ribeiro, a redução do percentual dos *índios integrados* não se fez drasticamente ao longo do século XVII, mas, sim, ao longo do século XVIII: na passagem do século XVIII ao século XIX, os *índios integrados* teriam deixado de corresponder a 40% da população brasileira, passando a 12,5%.
- Estes dados permitem, então, afirmar ser maior do que faz supor a Tabela 5 a presença dos *índios integrados* no período que se está considerando como o de *formação* do português brasileiro?

Ao descrever o ambiente brasileiro do início do século XVIII e do início do século XIX, Darcy Ribeiro comenta a realidade lingüística nos seguintes termos (1995:151; 157-158):

Em 1700, a população neobrasileira teria atingido uns 500 mil habitantes, dos quais 200 mil representados por indígenas integrados ao sistema colonial, e havia dobrado sua área de ocupação. Os negros seriam, talvez, 150 mil, concentrados principalmente nos engenhos de açúcar, mas também nas zonas recentemente abertas à mineração. Uma parcela deles se refugiava em quilombos, para além das fronteiras da civilização, mas Palmares, o principal núcleo, que chegara a reunir 30 mil negros, acabava de ser destruído. A população "branca", que seria de 150 mil habitantes, formada majoritariamente por mestiços de pais europeus e mães indígenas, falava principalmente o nheengatu como língua materna. Contrasta cruamente com esta parcela de brasilíndios um número ponderável de mulatos originados por diversos cruzamentos - o banda-forra (branco com negro), o salta-atrás (mameluco com negro), o terceiroão (recruzado do branco com mulato) - que, sendo muito aculturados e falando português, ajudariam daí em diante o colonizador a impor-se culturalmente aos mamelucos.

Em 1800, a população do território brasileiro recupera seu montante original de 5 milhões. Mas o faz com uma composição invertida. A metade é formada, agora, por "brancos" do Brasil, predominantemente "pardos" - quer dizer, mestiços e mulatos -, falando principalmente o português como língua materna, e já completamente integrados à cultura neobrasileira. Os negros escravos somam 1,5 milhão, sendo uma terça parte deles constituída por "crioulos" - quer dizer, negros nascidos no Brasil e amplamente aculturados. Os remanescentes da população indígena original, que haviam sido subjugados e estavam integrados à população neobrasileira como força de trabalho escrava, diretamente subjugada ou incorporada ao sistema através das missões ou das diretorias de índios, somariam meio milhão. Para além das fronteiras da civilização, fugindo ou resistindo à conscrição na força de trabalho e ao avassalamento, viveria [sic] mais um milhão de índios arredios e hostis, concentrando-se principalmente na Amazônia, mas disseminados por todo o país, onde quer que uma zona de matas indevassadas lhes proporcionasse refúgio.

O conceito de “brancos” do Brasil de Darcy Ribeiro não é um conceito definido racialmente, mas em termos socioculturais; daí porque, no século XVIII, os “brancos” são maioritariamente mestiços de pais europeus e mães indígenas e, no século XIX, predominantemente “pardos” – quer dizer, mestiços e mulatos. Para o século XVIII, o principal contraste sociolingüístico apontado estaria no fato de os “brancos” falarem a língua geral¹³ como língua materna, enquanto a população mulata já falaria o português. Tal contraste seria desfeito logo a seguir, quando, na passagem do século XVIII ao século XIX, a população indígena sofresse drástica redução e paralelamente os “brancos” passassem a ser predominantemente os “pardos”, falantes do português.

A questão que se coloca, a partir do contraste observado entre as Tabelas 5 e 7, é, então, a seguinte: qual dos panoramas seria o mais fielmente representativo da história demográfico-lingüística brasileira?

No atual estado das investigações, qualquer resposta seria prematura. Assim, antes de se pretender uma síntese generalizante dos processos sócio-históricos que definiram a formação do português brasileiro, faz-se necessário verticalizar o conhecimento sobre realidades diatópicas e micro-situacionais específicas.

Informações distintas colhidas em vários autores apontam claramente no sentido de que o macro-contexto, refletido nas estatísticas globais, encobrem distintas realidades regionais. Vejam-se, a seguir, algumas dessas informações:

- De acordo com Wehling e Wehling (1994), em algumas áreas, como, por exemplo as regiões canavieiras da Bahia e de Pernambuco, a língua portuguesa se fixou mais cedo que noutras;

¹³ Para referir-se à língua geral, Darcy Ribeiro utilizou o termo *nheengatu*. Porém, segundo Aryon Dall'Igna, *nheengatu* é o termo através do qual se passou a designar exclusivamente a Língua Geral Amazônica, a partir do terceiro quartel do século XIX.

• Considera Aryon Dall’Igna Rodrigues (1994:101) que “foi nas áreas mais afastadas do centro administrativo da Colônia (que era a Bahia) que se intensificou e generalizou o uso da Língua Brasílica como língua comum”; nessas áreas, portanto, observou-se o uso da língua geral “entre os portugueses e seus descendentes – predominantemente mestiços – e escravos (inclusive africanos), os índios Tupinambá e outros índios incorporados às missões, às fazendas e às tropas: em resumo, toda a população, não importa qual sua origem, que passou a integrar o sistema colonial”.

• Finalmente, depoimentos datados de 1657 do Padre Antônio Vieira, observador privilegiado que viveu praticamente ao longo de todo o século XVII:

Sobretudo o testifica o mesmo uso, de que nos lembramos os velhos, em que a nativa língua portuguesa não era mais geral entre nós que a brasílica. Isto é o que alcancei, mas não é isto o que vejo hoje. (Sermões, VIII, 1960: 520; apud Silva Neto, 1986: 74)

E que direi eu ao Colégio da Bahia, ou que me dirá ele a mim, quando nesta grande comunidade é já tão pouco geral a língua chamada geral do Brasil, que são mui contados aqueles em que se acha? (Sermões, VIII, 1960: 251; apud Silva Neto, 1986: 74-75)

(...) pois é certo que à diminuição de uma língua tem sucedido cinco. A portuguesa, com que por tantos meios se insiste na reformação dos portugueses; a etiópica, com que só nesta cidade se doutrinam, e catequisam vinte e cinco mil negros, não falando no infinito número dos de fora; as duas de tapuias, com que no mais interior dos sertões ainda remotíssimos, se tem levantado as seis novas cristandades dos paiaiás, e chiriris; nem finalmente a própria brasílica, e geral, com que nas doze residências mais vizinhas ao mar, em 400 léguas de costa, doutrina a Companhia, e conserva as relíquias dos índios deste nome, que já estariam acabados se ela os não conservara. (Sermões, VIII, 1960: 252; apud Silva Neto, 1986: 75)

2.3 OS AGENTES PROMOTORES DA HEGEMONIA E DA ESTANDARTIZAÇÃO LINGÜÍSTICA

Quando se investigam as razões da hegemonia da língua portuguesa no Brasil, bem como as razões da chamada homogeneidade lingüística brasileira, dois fatos, de natureza externa à língua, são constantemente apontados como fundamentais, como se pode ver no trecho abaixo, de Ivo Castro (1992:31-32):

Perante a radical eliminação da língua geral no Brasil e a imposição do ensino do português segundo a gramática de Lobato, quem hesitará em imputar a responsabilidade pela homogeneidade lingüística brasileira a um gesto político do Marquês de Pombal?

Nesta indagação, vê-se que estão claramente postas duas relações de causalidade:

- a) Em primeiro lugar, considera-se que a política lingüística traçada pela metrópole exerceu um papel fundamental favoravelmente à definição do português como língua hegemônica no Brasil;
- b) Em segundo lugar, considera-se que o modelo de ensino adotado, além de também ter sido um dos fatores responsáveis pela consolidação do português como língua dominante, ainda conduziu à homogeneização do português brasileiro.

A seguir, discute-se a relevância das políticas lingüísticas traçadas por Portugal, no sentido de implantar a língua portuguesa no Brasil, e também o papel desempenhado pela escolarização, no sentido de fornecer modelos definidores do português brasileiro.

2.3.1 POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS

Pode-se dizer que, à parte o decreto do Marquês de Pombal, de 1757, proibindo o uso da “língua geral”, pouco mais se sabe sobre políticas lingüísticas traçadas por Portugal no sentido de impor o uso da língua portuguesa no Brasil.

Algumas outras poucas referências a este respeito foram colhidas apenas em Serafim da Silva Neto (1986 [1950]), que, citando um conjunto de ordens régias datadas de 1701, 1717, 1722, 1727, 1751 e 1753, que se estendem, portanto, por toda a primeira metade do século XVIII, diz que o governo metropolitano jamais se descuidara da difusão da língua portuguesa no Brasil.

Assim, apesar de se reconhecer a importância de tal estudo, ainda não se fez uma exploração vertical do “corpo das leis e providências administrativas erguido pela metrópole como condução de uma política lingüística cada vez mais determinada a consolidar a emergência do português como língua comum e de cultura no Brasil” (Houaiss, 1985:39).

Porém, conforme se verá a seguir, se se considerar que a implementação de qualquer forma de política lingüística esteve sob a tutela de um sistema eficaz de escolarização, não será difícil concluir que, entre o século XVI e 1850, os esforços nesse sentido terão sido quase inócuos, devendo-se buscar outras explicações para a consolidação do português como língua hegemônica no Brasil.

2.3.2 ESCOLARIZAÇÃO

Para a historiadora da educação Ana Maria Araújo Freire (1993), no período que se estende do século XVI a 1850 – ou período que se tem procurado caracterizar como o da primeira fase da sócio-história lingüística brasileira –, encontram-se os subsídios para se traçar a história do

analfabetismo, e não da alfabetização no Brasil. Trata-se de um período em que estiveram excluídos dos processos de educação formal os negros, os índios e a quase totalidade das mulheres brancas. Trata-se ainda, pode-se acrescentar, de um período em que, mesmo entre a população branca de sexo masculino, integrante das elites, foi ínfimo o contingente dos que passaram de forma regular pelo sistema formal de educação.

Considerando a escolarização no Brasil já a partir do início da colonização – embora com a ressalva de que, para alguns estudiosos, a alfabetização é um fenômeno que só deva ser tratado nas sociedades modernas e industriais –, esta autora propõe que, no período correspondente ao modo de produção escravista, a história da educação no Brasil compreenda cinco fases, abaixo referidas:

- 1534 a 1549: “Período de instalação das capitânicas hereditárias ou de nenhuma preocupação com a educação escolarizada”;
- 1549 a 1759: “Período jesuítico ou do início da ideologia da interdição do corpo”;
- 1759 a 1808: “Período pombalino ou da remodelação iluminista”;
- 1808 a 1822: “Período joanino ou do início da instalação do aparato burocrático do Estado brasileiro e da educação escolar”;
- 1822 a 1850: “Período pós-autonomia política ou da inexistência de um sistema educacional próprio de um Estado Nacional”.

1549-1759

Entre 1549 e 1759, a educação no Brasil esteve quase que exclusivamente sob a responsabilidade da Companhia de Jesus¹⁴. Nesse

¹⁴ Já a partir do século XVI, começam a entrar no Brasil outras ordens religiosas – beneditinos, carmelitas e franciscanos – que também teriam atuado no sistema educacional. O papel que teriam desempenhado, embora, já de antemão, sabidamente menor que o dos jesuítas, ainda não foi devidamente estudado.

período, os jesuítas, cujas atividades não se restringiram à esfera catequética, seminária e educacional, mas se integraram, gradativamente, à economia da Colônia, fundaram dezesseis Colégios (Araújo, 1993:44):

- a) Sete no século XVI: Bahia-Salvador (1549); Espírito Santo (1551); São Vicente (1553); São Paulo (1554); Piratininga (1554), Rio de Janeiro (1567) e Olinda (1573);
- b) Seis no século XVII: Ilhéus-Bahia (1604); Recife (1619); Santos (1652); Belém (1652); Maranhão (1652) e Cachoeira-Bahia (1687);
- c) Três no século XVIII: Alcântara (1716); Mariana (1750) e Desterro - atual Florianópolis (1750).

De 1549 a 1560, o Padre Manoel da Nóbrega ocupou o cargo de Provincial da Ordem do Brasil, quando, então, foi substituído pelo Padre Luís da Grã. Após a morte do Padre Nóbrega, em 1570, podem-se identificar mudanças nas linhas gerais de ação educacional dos jesuítas, não apenas no sentido do plano educacional executado – que, progressivamente, vai deixando de ser mais particular e passando a ter um cunho mais universal –, mas também, o que é mais relevante destacar, no sentido dos estratos da população a serem contemplados: as escolas jesuíticas, supostamente abertas para abrigar, de forma indistinta, índios, filhos de colonos brancos e mamelucos, vão-se destinando – sobretudo a partir do século XVII, quando já se teria formado uma população “brasileira” –, de modo quase exclusivo, aos filhos dos colonos brancos, mais especificamente, aos filhos das elites agrárias (Araújo, 1993:38-42).

Nessa escolas, os “Colégios”, o plano educacional executado a partir de 1599 é o denominado *Ratio Atque Instituto Studiorum Societas Jesu*,

também simplesmente conhecido por *Ratio Studiorum*. Tal plano não privilegiava o ensino elementar, que, conseqüentemente, ficou muitas vezes por conta das iniciativas, mais ou menos regulares, das famílias dos senhores de terras, que contratavam preceptores para iniciar a educação dos seus filhos. Aliás, a prática do ensino elementar doméstico, que Gilberto Freire diz ter estado presente entre muitas famílias donas dos engenhos do Nordeste, estendeu-se no espaço e no tempo no Brasil: atesta-o o relato escrito entre 1881 e 1883 pela educadora alemã Ina von Binzer (1994), contratada por proprietários rurais do Rio de Janeiro e de São Paulo como preceptora dos seus filhos.

De acordo, portanto, com as disposições da *Ratio Studiorum* os jesuítas deram privilégio ao ensino de nível médio, equivalente ao secundário, dividido em estudos inferiores – Curso de Humanidades – e estudos superiores – Curso de Filosofia, com duração de três anos, e Curso de Teologia, com duração de quatro anos. As línguas estudadas eram o latim e o grego, e o estudo da língua portuguesa fazia-se “concomitantemente na leitura, na versão e nos comentários dos autores clássicos” (Araújo, 1993:39).

1759-1808

No reinado de D. José (que sobe ao trono em 1750), sobretudo a partir do ano de 1755, a figura do Marquês de Pombal vai simbolizar o advento do despotismo iluminado ou esclarecido em Portugal e, a partir de então, a interferência do Estado se fará sentir de forma incisiva nas mais variadas esferas da vida pública. No plano cultural, diz-se que uma das marcas distintivas deste novo quadro político é a secularização, presente

quer na remodelação do ensino público¹⁵, quer mesmo nas novas formas de censura praticadas pelo Estado (Marques, 1984:323).

Entre 1759 – ano em que ocorre a expulsão dos jesuítas de Portugal e de todos os seus domínios¹⁶ e em que se apontam as novas bases metodológicas para as Escolas Menores (cursos primário e secundário atuais) – e 1772, o Marquês de Pombal é o mentor de um conjunto de reformas educacionais, que atingem os níveis primário, secundário e universitário. Segundo Araújo (1993), a repercussão de tais reformas no Brasil significou muito mais um retrocesso, uma vez que o esfacelamento do sistema escolar jesuítico não deu lugar a um sistema alternativo e eficaz de ensino. Pelo contrário, nos treze anos de elaboração das reformas, simplesmente deixou de haver escolas. Também em Portugal, esses treze anos corresponderam a uma grande “morosidade do funcionamento da máquina estatal pedagógica” (Carvalho, 1986:462).

O ano de 1768 marcou a criação da Real Mesa Censória, organismo ao qual, a partir de 1771, coube a administração e direção dos estudos das Escolas Menores de Portugal e dos seus domínios. Destaca-se, como uma das mais importantes providências da Mesa Censória, a elaboração de um plano de Escolas Menores, em 1772, o qual abrangia Portugal e todos os seus domínios na África, na Ásia e na América. Neste plano, indicavam-se “todos os lugares onde funcionariam [as Escolas Menores] e o número de mestres de ler e de professores de Latim, de Grego, de Retórica e de Filosofia que deveriam ser nomeados para elas” (Carvalho, 1986:453).

Quanto ao estudo da língua portuguesa, o período pombalino

¹⁵ A este respeito, note-se a observação de Rômulo Carvalho (1986:467): “Quando se fala na secularização do ensino decretada por Pombal relativamente às Escolas Menores, e se aplaude o ministro de D. José por ter retirado o ensino das mãos da Igreja, confunde-se a Igreja com a Companhia de Jesus. Pombal retirou o ensino das mãos da Companhia de Jesus, mas a Igreja continuou a dominar superiormente o ensino.”

¹⁶ Alvará de 28 de junho de 1759.

1755

inaugurou uma atitude distinta da observada no período jesuítico. Apesar de ainda não figurar como disciplina autônoma, define-se que a gramática portuguesa seja dada pelo professor de latim e exige-se que o professor seja obrigado a usar a Gramática Portuguesa de Antônio José dos Reis Lobato. Por outro lado, a forma de ensino do própria gramática latina é alterada, na medida em que passa a ser feita em língua portuguesa.

Pode-se dizer que, quanto ao período compreendido entre o ano de 1772 e o ano de 1808, não se encontram informações claras sobre o quadro geral da educação no Brasil, exceto quanto ao fato de que os níveis elementar e secundário passam a funcionar sob o regime das “aulas avulsas”. Apesar de, segundo Araújo (1993:41), “com a educação pombalina [ter havido] a oficialização do ensino como função do Estado português no Brasil”, algumas mudanças substanciais, ainda que absolutamente insatisfatórias, só se farão sentir com a chegada da família real portuguesa e, principalmente, após a independência do Brasil.

1808-1821

A vinda do príncipe regente D. João e da corte de Lisboa para o Brasil e a conseqüente transformação do Rio de Janeiro em sede do reino português são eventos que vão afetar como um todo a vida cultural brasileira, fomentando também o crescimento do sistema de escolarização.

No período joanino, não se promoveram reformas nos níveis elementar e secundário de educação, mantendo-se o sistema das “aulas avulsas”, mas, paradoxalmente, passou a haver uma preocupação no sentido da profissionalização das elites (Araújo, 1993:49): a partir de então, o antilusitanismo colonial passa a expressar-se também através de “uma burguesia que se recusa, por exemplo, a enviar seus filhos em busca de instrução para Coimbra e Lisboa” (Stegagno-Picchio, 1997:160). Foi

justamente a partir daí que começaram a surgir os primeiros cursos superiores no Brasil; em 1808, criou-se a cátedra de economia política no Rio de Janeiro e criaram-se também as escolas de cirurgia junto aos hospitais militares de Salvador e do Rio de Janeiro; em 1816, foi inaugurada a inaugurada a Faculdade de Belas Artes no Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro, na sua nova função política, foi o palco privilegiado de mudanças – que passaram pela criação da Imprensa Régia (1808), posteriormente, Imprensa Nacional¹⁷; pela fundação do primeiro jornal do Brasil, *A Gazeta do Rio de Janeiro* (1808); pela criação do Observatório Astronômico (1809); pela abertura da Academia da Marinha (1809) e da Academia Militar (1810) – esta última para formar oficiais engenheiros, geógrafos e topógrafos –; pela criação da Escola do Comércio (1810); pela instalação da Biblioteca Real (em 1811, mas aberta ao público em 1814); pela abertura da Academia de Belas Artes (1816); pela fundação do Museu Real (1818), etc –, mudanças que, num certo efeito em cadeia, atingiram também, ainda que em menor proporção, outros locais do Brasil.

1822-1850

Declarada a independência política do Brasil em 1822, em 1824 vem à luz a sua primeira Constituição, na qual se estabeleceu a gratuidade do ensino primário a todos os cidadãos.

Uma lei de 1827 regulamentou o ensino primário, a ser ministrado pelas Escolas de Primeiras Letras. Não se tratou ainda, porém, da regulamentação de cursos primários completos: a sua duração variava de dois a três anos; além disso, os conteúdos educacionais eram diferenciados por sexo e o método educacional adotado foi o já naquele momento

¹⁷ Entre 1808 e 1822, publicam-se aí, entre livros e periódicos, aproximadamente 1.154 títulos. (Cf. Stegagno-Picchio, 1997:156).

considerado anacrônico método lancasteriano. A frequência à escola primária foi, nesse período, insignificante, correspondendo a menos de 10% da população livre, índice que só será atingido na segunda metade do século XIX (Araújo, 1993:57). Um outro aspecto a se destacar é a criação das Escolas Normais, todas a cargo das Províncias, responsáveis por fornecer quadros profissionais para o ensino primário, as quais funcionaram de forma extremamente precária na primeira metade do século XIX (Araújo, 1993:53).

Não houve, nesse período, qualquer reformulação do ensino médio. Também não houve a criação de universidade no Brasil; manteve-se apenas a política de criação de cursos superiores, iniciada no período joanino: assim, em 1827, criaram-se cursos jurídicos em São Paulo e em Olinda (este último, substituído posteriormente pelo de Recife); na Bahia, em 1877, criou-se o curso de Belas Artes e, em 1892, o de Direito, etc.

Em termos quantitativos, o “saldo” de letrados da primeira fase da história lingüística brasileira, cujo precário sistema escolar foi sinteticamente descrito, variou entre 0.5% e 1% da população. Portanto, a resposta à questão, anteriormente formulada, quanto ao papel desempenhado pela escolarização, tanto no sentido de favorecer a consolidação do português como língua hegemônica, quanto no sentido de fornecer modelos para a estandarização do português brasileiro, na primeira fase da sua história, é evidente: tal influência simplesmente não se verificou.

Considera-se que a partir de meados do século XIX, começa a se firmar uma tradição de ensino no Brasil, profundamente marcada pelo fenômeno do “purismo lingüístico”, a qual teria alcançado sucesso no sentido de impor certa normatização à fala dos indivíduos da classe

sócio-economicamente mais bem dotada, em primeiro lugar, e, a seguir, devido à sua influência, à fala dos indivíduos das demais classes sociais.

Desta forma pensa, por exemplo, Antônio Houaiss (1985:131-132), que diz:

(...) a partir do início do século XX, os registros orais supérstites mostram que a nossa oralidade – já a meramente profissional, já a requintada, já a (dita) califásica – se achava muito longe de uma criouliidade. Houvera, presumivelmente, mesmo através do mero processo oral, um tipo de policiamento social que buscava afastar-se da massa. Essa tendência teria ido em crescendo tal que, da segunda metade do século XIX em diante, o “ideal” linguageiro postulado chegou a ser ostensivamente lusitanizante.

Assim, no primeiro momento do processo tardio de estandarização linguística do Brasil – que se inicia sensivelmente a partir de meados do século XIX e se encontra ainda hoje em curso –, paradoxalmente, o purismo linguístico lusitanizante apresentou-se ao país recém-independente e de feição geral lusófoba como o “antídoto” para rechaçar as características do velho linguajar colonial.

Silva Neto (1986 [1950]): 134-142) e Houaiss (1985: 117-118) apresentam como traços gerais típicos dos dialetos rurais brasileiros¹⁸ – traços, portanto, representativos do português brasileiro na primeira fase da sua história – os seguintes:

Traços do Nível Fônico:

- redução do ditongo ou a o; ex.: em *vou*;
- redução do ditongo ei a e; ex.: em *primeiro*;
- supressão do r final; ex.: em *cantar*;

¹⁸ Quanto à discussão acerca do caráter crioulo, criouliizante ou não-crioulo desses traços, cf. item 3, a seguir.

importante

- supressão do l final; em *papel*;
- nd > n; em *cantando*;
- lh > i; em *velho*;
- redução de formas proparoxítonas: *cócega* > *cosca*; *pássaro* > *passo* etc.

Traços do Nível Morfossintático:

- simplificação da concordância verbal;
- simplificação da concordância nominal.

O processo de estandardização lingüística, em curso no Brasil desde meados do século XIX, vai incidir, fundamentalmente, sobre o conjunto dos traços anteriormente referidos. Assim, do refluxo ou não-refluxo desses traços é que se poderá inferir o grau de “sucesso” desse processo.

Não se trata obviamente, porém, de um processo mecânico, na medida em que um dos aspectos fundamentais a ser levado em conta é o tipo de “avaliação” dos falantes sobre traços lingüísticos, *a priori* considerados não-*standard*. Conseqüentemente, o fato de certos traços, outro ditos traços lingüísticos rurais desprestigiados, serem característicos do português comum brasileiro contemporâneo, longe de representar uma ineficiência do processo de estandardização, pode estar revelando a mediatização de uma avaliação positiva por parte da comunidade lingüística. Este parece ser o caso, por exemplo, do uso de *ter* por *haver* e do emprego da preposição *em* com verbos de movimento, traços apresentados por Serafim da Silva Neto, na década de 50, como característicos dos dialetos rurais e dos dialetos urbanos populares e hoje, claramente, traços não-marcados nos mais diversos registros orais do português do Brasil. Uma outra possibilidade a se considerar é a de que a

presença desses traços no português comum brasileiro seja decorrente de pressões vindas de baixo.

3 HIPÓTESES EXPLICATIVAS

Abordadas as questões mais relevantes para a compreensão da problemática lingüística brasileira no período que se estende entre o século XVI e meados do século XIX, pretende-se, a seguir, discutir algumas das principais propostas elaboradas para explicar a formação do português brasileiro.

Em linhas gerais, pode-se dizer que essas propostas explicativas se distinguem, inicialmente, segundo considerem ou desprezem a interferência lingüística dos aloglotas. Considerando a interferência dos aloglotas, distinguem-se ainda a partir do tipo de interpretação que dão a essa interferência: a) Interferência por condicionamentos de substrato e adstrato; b) Interferência devido ao surgimento de uma língua crioula que, posteriormente, se teria descrioulizado, dando origem ao chamado português popular brasileiro; c) Interferência devido ao processo de transmissão irregular de uma segunda língua, do qual se explicariam traços remanescentes ditos crioulizantes. Desprezando-se a interferência dos aloglotas, as mudanças lingüísticas explicar-se-iam exclusivamente a partir da "deriva". Finalmente, segundo a consideração em conjunto de fatores de ordem diversa: ou seja, interação entre a participação dos aloglotas e a própria "deriva" da língua.

Tais propostas correspondem, portanto, a quatro hipóteses¹⁹:

- Hipótese de condicionamento de substrato e adstrato;
- Hipótese crioulista;
- Hipótese internalista;
- Hipótese mista.

3.1 HISTÓRICO DO DEBATE

3.1.1 SÉCULO XIX: ANTECEDENTES

Coube ao filólogo português Adolfo Coelho (1880-1886) chamar, pela primeira vez, a atenção para o fato de que “diversas particularidades características dos dialetos crioulos repetem-se no Brasil” (Castilho, 1995)²⁰. Assim, ao identificar tais semelhanças, considerando o português brasileiro e os crioulos de base portuguesa conjuntamente como dialetos do português europeu, lançou as bases para uma discussão que já se prolonga há mais de um século e que, segundo Alan Baxter (1995), se encontra hoje numa fase de impasse, uma vez que, na análise de um conjunto de mudanças por que passou o português brasileiro (ou, se se quiser, mais restritamente, o português popular brasileiro), os protagonistas do debate atual divergem quanto a considerá-las historicamente motivadas a partir do latim, a partir da própria deriva, portanto, ou quanto a considerá-las como resultantes de uma história prévia de crioulição.

¹⁹ A esse respeito, Castilho (1992:241) afirma: “Ao refletir sobre os diferentes momentos históricos do PB, os pesquisadores espelharam, como é natural, as diferentes teorias sobre a mudança linguística. É possível, em consequência, identificar três reflexos dessas teorias entre os trabalhos voltados para a mudança no PB: a hipótese evolucionista, que defende a existência de uma “língua brasileira”, a hipótese crioulista, que acentua a importância dos contatos lingüísticos no Brasil-Colônia, e a hipótese internalista, que acentua a importância da deriva, isto é, das tendências próprias ao sistema, para explicar a dimensão histórica do PB”. Não se fará aqui referência à hipótese evolucionista, uma vez que tal hipótese já não é mais considerada no debate atual.

²⁰ Ainda segundo Castilho (1995), no Brasil, foi João Ribeiro (1888) quem pôs pela primeira vez a questão.

3.1.2 SÉCULO XX: O DEBATE

3.1.2.1 PRIMEIRA FASE

No início do século XX, o debate é marcado pelo influxo da Teoria dos Substratos, na qual se baseiam Jacques Raimundo (1933) e Renato Mendonça (1933), dentre outros, para afirmar que a *influência das línguas africanas* sobre o português brasileiro é o principal motivo da sua distinção em face do português europeu. Na mesma linha, Teodoro Sampaio (1955), dentre outros, defende a *influência das línguas indígenas*.

Informado sobre as idéias da lingüística de contato correntes no seu tempo, particularmente as desenvolvidas por Uriel Weinreich em *Languages in Contact*, Serafim da Silva Neto será o defensor de teses a um só tempo radicais e conservadoras sobre a história lingüística do Brasil. Afirma ter havido no Brasil um crioulo ou semicrioulo, falado inicialmente na costa e que teria, posteriormente, invadido o interior. Esse crioulo ou semicrioulo é por ele definido como uma linguagem “tosca e rude”, uma “adaptação do português no uso dos mestiços, dos aborígenes e negros” (1986 [1950]:120). Propõe uma aproximação do seu conhecimento através da observação dos falares rurais modernos, aliada ao estudo das “adaptações” do português feitas na África e na Ásia. Tal crioulo ou semicrioulo, porém, bem como as línguas africanas e a língua geral indígena, não teria marcado a formação do “português” brasileiro²¹, tomado como produto de uma nivelção lingüística resultante do contato entre os diversos dialetos metropolitanos – ou seja, como produto de uma *koiné* –, sendo, por conseqüência, unitário e conservador. Por outro lado,

²¹ Retirando, portanto, da cena lingüística brasileira o papel desempenhado pelos aloglotas na constituição histórica do português brasileiro, Serafim da Silva Neto afirma (1986 [1950]: 95): “Do branco prevaleceu a religião, os hábitos, a língua. É certo que, no tocante à etnografia, algo nos ficou do negro e do índio: mas a língua, dentre todas as instituições sociais, é a que mais fortemente se impõe aos indivíduos. E por isso mesmo ela não sofreu influências decisivas, senão apenas incorporações ao vocabulário e à fraseologia, bem como um ou outro fato restrito a falares regionais.”

embora considere que já desde o século XVII o português da elite se tenha começado a distanciar do padrão lusitano, a forte imigração portuguesa teria agido sem cessar sobre “os vagidos da linguagem brasileira em formação” (1986 [1950]:88).²²

Mattoso Câmara Jr. apresenta, em linhas gerais, posição semelhante à de Serafim da Silva Neto sobre a questão. Estabelecendo uma marcada distinção entre a língua padrão, por um lado, e o português popular e dialetal do Brasil, por outro, afirma, quanto ao primeiro (1979:30):

as discrepâncias de língua padrão entre Brasil e Portugal não devem ser explicadas por um suposto substrato tupi ou por uma suposta profunda influência africana, como se tem feito às vezes. Resultam essencialmente de se achar a língua em dois territórios nacionais distintos e separados.

Quanto ao português popular e dialetal brasileiro, diz (1979:31):

O problema do português popular e dialetal do Brasil é, naturalmente, outro. Nele podem ter atuado substratos indígenas, não necessariamente tupi, e os falares africanos, na estrutura fonológica e gramatical. Também se verificaram, por outro lado, sobrevivência de traços portugueses arcaicos, que não se eliminaram de áreas isoladas ou laterais em relação às grandes correntes de comunicação da vida colonial.

É interessante notar, com base nas citações de Mattoso Câmara Jr., o fato, recorrente na literatura, mas não justificado, de que o papel das línguas indígenas é tratado como influência de substrato, tido como mais superficial, enquanto o das línguas africanas é tido como mais profundo. Por outro lado, quando Mattoso Câmara se refere a “uma suposta profunda

²² Note-se que, para Mattos e Silva (1995), Serafim da Silva Neto apresenta uma visão um tanto simplificadora, que ela chama de “lusitanófila”, a qual se oporia às teses anteriores, por ele designadas de “africanófilas” ou “indianófilas”.

influência africana”, não deixa claro se se refere, tal como Serafim da Silva Neto o faz, à formação de um crioulo ou semicrioulo.

O que resulta como saldo desta que se está definindo como a primeira fase do debate sobre a formação do português no Brasil não é propriamente a defesa da hipótese de condicionamento de substrato e adstrato, da hipótese crioulista ou da hipótese internalista como mutuamente excludentes, quando se considera no seu toda a complexa realidade lingüística brasileira; mas, antes, a constatação de que essa complexa realidade passa pelo filtro de filiações teóricas ou opções ideológicas que a reduzem, limitando-se o interesse tanto de filólogos, quanto de lingüistas, ao estudo da língua padrão, cuja base é a língua escrita. Quanto ao chamado português popular ou ao português dialetal rural brasileiro, as posições de Serafim da Silva Neto e de Mattoso Câmara Jr. são claras, no sentido de apontarem o papel exercido pelos aloglotas, o qual, só posteriormente, virá a ser objeto de análise.

Na segunda fase do debate, de orientação predominantemente sociolingüística, muda-se o enfoque para o estudo do vernáculo, ora considerado a partir do português das camadas iletradas ou semi-iletradas urbanas - comumente chamado de português popular do Brasil -, ora a partir do português de comunidades rurais isoladas.

3.1.2.2 SEGUNDA FASE

A hipótese da criouliização prévia do português brasileiro, após atingir outros foros de discussão, que não apenas os de Portugal e do Brasil, retorna com peso ao meio acadêmico brasileiro, particularmente a partir de quando Elizabeth Jeroslow (1974) e, de forma mais significativa, Gregory Guy (1981) realizam os trabalhos intitulados, respectivamente, *Rural Cearense Portuguese: a Study of One Variety of Nonstandard*

Brazilian Speech e Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: Aspects of Phonology, Syntax and Language History.

É relevante, para a história do debate que se procura aqui traçar, observar que ambos os trabalhos são anteriores ao artigo de Carlota Silveira Ferreira (1984-5) – *Remanescentes de um Falar Crioulo Brasileiro* – sobre o dialeto de Helvécia, segundo John Holm (1992:46), “a unique key to Brazil’s social and linguistic history”. Esse artigo divulga, aproximadamente vinte anos depois de ter sido descoberto, o dialeto afro-brasileiro rural de Helvécia, localizada no extremo-sul da Bahia²³. Tal dialeto, supostamente o único dialeto brasileiro atual remanescente de um crioulo, “is spoken by descendants of slaves from the coffee plantations of the former Colônia Leopoldina, established by Swiss, French, and Gaermans after 1818. It would appear that many of those slaves originated from the Kwa and Bantu language areas.” (Baxter, Lucchesi e Guimarães, 1997b:2).

Os trabalhos realizados por Gregory Guy (1981, 1989), cujos dados lingüísticos foram colhidos da fala de informantes trabalhadores cariocas analfabetos – dados de fala urbana, portanto –, trouxeram algumas contribuições relevantes para a apreciação da hipótese da criouliização prévia do português brasileiro. Guy, de forma incisiva, chama a atenção para a história sócio-demográfica brasileira, ao dizer (1981:309):

From the social historical standpoint, our question probably would not be “Was portuguese creolized in Brazil”, but rather “How could it possibly have avoided creolization?”

²³ A divulgação da descoberta do dialeto de Helvécia é feita em forma de comunicação ao II Congresso da ALFAL, realizado em São Paulo, em 1969. Todavia, como as Atas desse Congresso só serão publicadas em 1987, a publicação do artigo *Remanescentes de um Falar Crioulo Brasileiro* pela Revista Lusitana, 5 (1984-1985) toma o caráter, na prática, de primeira apresentação da descoberta.

Paralelamente à apresentação de argumentos de natureza sócio-histórica, investiga processos de mudança no plano fonológico e no plano morfossintático, discutindo se a sua motivação seria imanente, a partir do latim, ou se esses processos seriam decorrentes de uma história prévia de criouliização, que, no momento atual, estaria em fase de descriouliização. A sua conclusão é nos dois sentidos. Quanto às mudanças fonológicas que investiga – apagamento do -s final e desnasalização de vogais finais –, diz tratar-se de mudanças historicamente motivadas a partir do latim, corroborando, pois, a hipótese internalista. Todavia, quanto às mudanças morfossintáticas – concordância verbal e concordância nominal, ambas ocorrendo na forma de regras variáveis –, diz tratar-se de padrões sintáticos sem precedentes quer na história do português, quer mesmo na história das línguas românicas, corroborando a hipótese crioulista²⁴.

Dentre os vários lingüistas brasileiros interessados na questão, Fernando Tarallo (1986), a partir do seu texto *On the alleged creole origin of Brazilian Portuguese: untargeted syntactic changes*, foi um dos principais responsáveis pela retomada desse debate no Brasil, partindo dos termos da discussão propostos por Guy (1981). Para Tarallo, todavia, enquanto a história externa, social do português brasileiro (1986

²⁴ Quanto à regra variável de concordância nominal, afirma Guy (1989: 232): "(...) in the NPA rule, (...) the occurrence of plural markers is dramatically influenced by the position of a word within the NP". "(...) this pattern would constitute a unique innovation among the Romance languages. Furthermore, there is nothing in our general knowledge of syntactic change that would suggest this is a natural evolutionary tendency". (...) "From the standpoint of natural language change (...), the PBP situation would have to be seen as unique and arbitrary. But from the creole perspective, a plausible explanation presents itself. In the first place, lack of number agreement, or any kind of agreement, is one of most typical features of creole languages, But in addition, the pattern of marking plurality just by a word at the beginning of the NP is found throughout the attested creole languages whose lexical base is Portuguese or Spanish". Quanto à regra variável de concordância verbal, afirma (1989:234-236): "The various morphological classes of Portuguese verbs do not all agree or fail to agree in PBP at the same rate. (...) the probability of it agreeing in PBP appears to be determined by the saliency or distinctiveness of the morphological opposition between the singular form and the plural form". "(...) we should seek the origins of a saliency constraint in the way that language is processed and learned, rather than in the internal history of syntax". (...) "In the case of PBP verbs, this would suggest that saliency effect is a result of decreolization. Afro-Brazilian slaves and their descendants, in the course of gradually acquiring more and more features of the target language, would naturally have learned first those features that were easiest to apprehend, namely the most salient ones.

[1993]:35) “é frequentemente usada como evidência positiva em favor da hipótese crioula, [a história interna, lingüística] não fornece evidência direta”. Analisando dois fatos sintáticos que representariam mudanças em progresso inter-relacionadas no português brasileiro – estratégias de relativização e pronominalização –, conclui tratar-se de mudanças aleatórias, sem alvo, que proviriam da deriva, não sendo, pois, mudanças orientadas no sentido da língua-alvo, tomada como sendo o português europeu. Considera, assim, a hipótese da crioulação prévia pouco provável, pois, se o português brasileiro tivesse de fato se originado de um crioulo de base lexical portuguesa, deveria agora estar em fase de descrioulização; contudo as evidências de mudanças sintáticas por ele investigadas estariam apontando no sentido contrário, ou seja, no sentido de o português brasileiro estar distanciando-se do português europeu padrão.

A posição defendida por Tarallo foi, posteriormente, criticada por Alan Baxter (1995) e Baxter e Lucchesi (1997a), em função do *corpus* no qual a sua análise se baseou. Tendo Tarallo utilizado textos escritos e inquéritos do *Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta*, consideram Baxter e Lucchesi que as conclusões a que chegou devem limitar-se à norma culta, não podendo ser tomadas para o português brasileiro em toda a sua amplitude. Repete-se, por assim dizer, em Tarallo, o procedimento de não considerar a complexa realidade lingüística brasileira como um todo, mas de filtrá-la, elaborando uma teoria geral sobre a formação do português brasileiro a partir de dados de fala da elite urbana.

Um outro aspecto a ser questionado no trabalho de Tarallo é a sua definição do que seja língua-alvo, considerada, num tratamento superficial do problema, como sendo ainda hoje o português europeu. É evidente que,

no cenário lingüístico brasileiro atual, o português europeu não figuraria como língua-alvo em qualquer processo de descrioulização que eventualmente estivesse em curso. O plausível, agora, seria que as normas cultas, forjadas nos grandes centros urbanos brasileiros contemporâneos, sirvissem como modelo. /e

A hipótese de uma origem crioula e subsequente descrioulização do português do Brasil, por motivos distintos, também não encontra acolhida por parte de Anthony Naro e Marta Scherre, que, combinando a apresentação de argumentos sócio-históricos à análise da concordância nominal em um *corpus* de fala urbana popular, discutem a questão em *Sobre as origens do português popular do Brasil* (1993). A sua posição, afirmam, se resumiria na expressão “confluência de motivos” e vem abaixo transcrita (1993:450-451):

O impulso motor do desenvolvimento do português do Brasil veio já embutido na deriva secular da língua de Portugal. Se as sementes trazidas de lá germinaram mais rápido e cresceram mais fortes é porque as condições, aqui, mostraram-se mais propícias devido a uma confluência de motivos.

Essa posição desenvolve-se de forma mais extensa nos seguintes pontos:

1. A língua portuguesa falada em Portugal antes da colonização do Brasil já possuía uma deriva secular que a impulsionava ao longo de um vetor de desenvolvimento.
2. No Brasil, esse vetor se encontrou com outras forças que ora o reforçavam na direção original, ora o desviavam dessa direção.
3. No início, uma dessas forças era a pidginização, que exercia uma influência sobre o português através da língua geral tupi e da “língua de preto” europeia, revivificada no Brasil originalmente para uso com os ameríndios. Mais tarde, pidgins de base lexical africana também devem ter influenciado, juntamente com outros processos de imitação e de simplificação voluntária.

4. Ao longo de toda a história do Brasil, o processo de aprendizado teve seus efeitos documentados parcialmente.

5. Se existiu uma verdadeira língua crioula de “léxico português e gramática africana”, ela cedo se evaporou [sic] sem deixar rastros na documentação. Sua possível influência no desenvolvimento do português do Brasil seria indistinguível da de outros pidgins ou crioulos de base não-européia.

Ora, se, para Tarallo, o que está em causa, na discussão sobre a hipótese da criouliização prévia do português brasileiro, é a idéia da sua atual descrioulização, por julgar que não estaria havendo um movimento de aproximação em relação ao português europeu, para Naro e Scherre, tal hipótese é contestada, basicamente, em função de considerarem que a possível influência do que chamam de “uma verdadeira língua crioula de léxico português e gramática africana” não ser “indistinguível da de outros pidgins ou crioulos de base não-européia”. A crítica fundamental que se pode fazer à posição de Naro e Scherre está justamente na sua definição de língua crioula. Com o desenvolvimento dos estudos sobre contato de línguas, já não mais se lida com uma definição extremamente recorrente na literatura, segundo a qual uma “verdadeira” língua crioula teria gramática africana e léxico de língua européia. Tal definição, motivada historicamente pelo fato de as primeiras línguas crioulas estudadas na Europa terem emergido ao longo do processo de colonização européia da África, encontra-se hoje superada.

Se, na história recente desse debate, podem ser claramente situados em um pólo Fernando Tarallo, Marta Scherre e Anthony Naro, que, por razões distintas contestam a hipótese da criouliização prévia, em outro pólo, situam-se Alan Baxter e Dante Lucchesi, que a defendem, não como uma explicação global para a formação do português brasileiro, mas como uma explicação para a formação das vertentes africanas e ameríndias do português. Destaque-se ainda como traço comum aos dois últimos o seu

retorno ao dialeto rural de Helvécia, anteriormente referido, fazendo partir a sua argumentação de dados de fala de comunidades rurais afro-brasileiras e ainda, no caso de Lucchesi e Baxter (1996), de dados de fala de comunidades rurais indígenas.

Ao considerar a recepção à hipótese da criouliização prévia do português brasileiro, Baxter (1995:76) afirma estar-se vivendo um impasse, por dois motivos principais:

- a. Em primeiro lugar, pelo fato de não haver “uma definição clara dos termos criouliização e crioulo no contexto brasileiro”, o que estaria levando à “idéia errônea de que a hipótese da criouliização prévia propõe uma única língua crioula estável de substrato africano, como antepassada do português brasileiro”;
- b. Em segundo lugar, em função dos “dados considerados pelos dois lados do debate”: a) por um lado, em muitas das análises que se concentram sobre as variedades rurais, não há uma recolha sistemática de dados, conforme as técnicas da lingüística quantitativa moderna; b) por outro lado, muitas das análises que fazem uma recolha correta dos dados concentram-se no estudo das variedades urbanas do português brasileiro.

Assim, com o intuito de superar o impasse, formulam-se duas propostas:

- a. Quanto ao problema da definição dos termos criouliização e crioulo, a partir de Thomason e Kaufmann (1988), propõe-se a adoção de uma visão mais atualizada do processo de criouliização, o qual é visto como embutido na idéia mais abrangente de transmissão lingüística irregular. Dentro de tal visão, a criouliização é definida como “um processo que pertence a um conjunto de gêneros de transmissão de L2 para L1,

no contexto
nos referenc

partindo do mais irregular para o mais regular, a depender da qualidade da L2 que serviu de base para o surgimento da língua crioula e, portanto, das circunstâncias sócio-históricas da transmissão” (Baxter e Lucchesi, 1997:74). Dentro desta concepção do processo de criouliização, Lucchesi e Baxter (1996) e Baxter e Lucchesi (1997) consideram que o português popular do Brasil – ou, como também o designam, a norma vernácula do português do Brasil – derive de processos de pidginização/criouliização de tipo leve e julgam, então, que, para o caso brasileiro, seja mais pertinente falar-se em um sistema com características criouliizantes ou em um semicrioulo, e não em pidgins e crioulos típicos.²⁵

- b. Quanto ao outro problema apontado – os dados a serem analisados na verificação da hipótese –, propõe-se a adoção do que se denomina de “uma abordagem fatorizada”, ou seja, que a discussão da hipótese da criouliização prévia do português brasileiro seja feita, focalizando-se as variedades lingüísticas que “historicamente teriam sido mais propensas à influência de processos de contato de línguas, ou seja, as vertentes rurais africanas e ameríndias” (Baxter, 1995:72-73).

Retoma-se, pois, uma idéia que já estava de certa forma explicitada em Serafim da Silva Neto e mesmo em Mattoso Câmara Jr, porém com outro enfoque, na medida em que as variedades lingüísticas rurais africanas e ameríndias passam a ser consideradas como um aspecto relevante da formação do português brasileiro, e não mais como uma espécie de “filhas bastardas”.

²⁵ A posição defendida por Baxter e Lucchesi é também a que, anteriormente, já defendia John Holm (1992:62): “(...) there is abundant evidence that PBP is a semi-creole or, as Coelho observed over a century ago, ‘(...) [na] linguagem brasileira se manifesta uma tendência criouliizante’ (Coelho 1880-1886 [1967:170])”. Por outro lado, Holm (1992:62) ainda afirma: “(...) PBP [Popular Brazilian Portuguese] did indeed evolve out of the contact between a non-creole (the colloquial and regional Portuguese brought from Europe to Brazil from the sixteenth century to the present) and a creole (the Portuguese-based variety brought from São Tomé to Brazil during the sixteenth and seventeenth centuries, and later varieties such as Helvecia Creole Portuguese)”.

CONCLUSÃO

Qualquer revisão de literatura é sempre produto de escolhas. Neste sentido, qualquer revisão de literatura será sempre *uma* revisão de literatura. Nesta, os limites fundamentais *a quo* e *ad quem* foram, respectivamente, Serafim da Silva Neto (1950) e Alberto Mussa (1991).

Se qualquer revisão de literatura é sempre uma revisão de literatura, também é produto de uma visão particular o que se estabelece, a partir de uma revisão, como o estado da questão. E, longe de apenas estabelecer uma síntese generalizante do “saber disponível”, o estado da questão, necessariamente, deverá refletir uma posição diante das questões que integram o sistema de questões, definido como o alvo da problematização.

Portanto, a seguir se destacam os aspectos centrais que definem a visão que aqui se defende para a compreensão do processo de constituição do português brasileiro na primeira fase da sua história, compreendida entre o início da colonização e 1850 e caracterizada por multilingüismo generalizado, não-urbanização, não-escolarização e não-estandarização lingüística:

- No Brasil, a língua portuguesa ^{me}deixou de ser falada apenas nos limites de um grupo minoritário, constituído por portugueses e seus descendentes, e, progressivamente, foi passando à condição de vernáculo de uma população de descendentes de falantes de outras línguas;
- O contato lingüístico, a aquisição da língua portuguesa como segunda língua e o processo irregular de transmissão da língua portuguesa são, portanto, fatos centrais para a compreensão da história lingüística brasileira;
- Dado o processo irregular de transmissão da língua portuguesa no Brasil, o quadro mais significativo de mudanças que individualizaram o

português brasileiro se terá originado entre a população originalmente falante de outras línguas e seus descendentes;

- Sendo essa população originalmente falante de outras línguas e seus descendentes integrante dos estratos sócio-economicamente não privilegiados da sociedade, propõe-se definir o quadro mais significativo de mudanças que individualizaram o português brasileiro como mudanças vindas de baixo;

- Embora tenha sido alvo, dada a sua origem social, de avaliação negativa, esse quadro mais significativo de mudanças que individualizaram o português brasileiro se terá difundido com rapidez para toda a comunidade, atingindo os falantes dos estratos sócio-economicamente privilegiados, o que se explicará quer pela pressão demográfica exercida pela população integrante dos estratos sócio-economicamente não privilegiados, quer pelos baixíssimos, quase inexistentes, índices de escolarização ao final do período colonial.

Pretendeu essa revisão de literatura, para além de estabelecer o estado da questão, projetar novas perspectivas de abordagem do tema. Assim, pretende-se aqui enfatizar que a construção de uma nova história do português no Brasil – e, particularmente, de uma sociolinguística histórica do português no Brasil – aponta para a necessidade de superação de uma perspectiva generalizante, necessária, mas, até então, quase exclusivamente adotada, e de elaboração de histórias lingüísticas regionais e até mesmo de micro-histórias lingüísticas, que dêem conta de aspectos particulares e diversos do multifacetado panorama lingüístico brasileiro.